

por  **sinal**

Ano 11 ■ nº 37

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



ENTREVISTA COM
O DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA

**O BC precisa
de prerrogativas
para trabalhar bem**

GOVERNO X FUNCIONALISMO

**Um jogo
político pesado**



O que esperamos para 2012

A edição número 37 da **Por Sinal**, a primeira deste ano, traz como tema principal o velho conhecido embate entre o governo e os servidores públicos – estes, como sempre, responsabilizados pela crise, pelo desequilíbrio das contas públicas e risco da volta da inflação.

Apesar de o Brasil já ser a sexta economia do mundo, à frente do Reino Unido, e a arrecadação de impostos não parar de crescer, o governo anunciou que não tem dinheiro para cumprir os acordos negociados durante o mandato do presidente Lula e, muito menos, repor as perdas inflacionárias, que já chegam a 22,8%, reivindicadas pelo funcionalismo federal. Na mesma matéria, é abordada, novamente, a questão da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), imprescindível para normatizar de uma vez as relações de trabalho na administração pública e assegurar ao servidor público federal os direitos de negociação coletiva e de greve.

Não menos importante, e consoante com a necessidade de um Estado atuante e regulador, apresentamos reportagem sobre a vulnerabilidade do setor público, tratando da crise nos países europeus e resgatando um debate emblemático para os economistas: “Qual o tamanho ideal do Estado e como sair da beira do abismo?” Vale destacar a observação de Marcelo Viana Estevão de Moraes, ex-secretário de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, ao afirmar que o gasto com pessoal no Brasil nunca passou de 5% do PIB e que, apesar de todos os concursos e contratações realizados

entre 1997 e 2008, o quadro de servidores era equivalente ao da década anterior.

Ainda na discussão da crise internacional, trazemos a experiência da Islândia, que buscou um caminho próprio, e que deu certo, punindo os bancos responsáveis. Um país que desceu do céu ao inferno em apenas uma década, mas está lutando para se reerguer. O segredo? Não permitir que o governo estatizasse os prejuízos e transferisse a conta para a população.

Entrevistamos o deputado federal Amauri Teixeira (PT-BA), autor da PEC 147, que estabelece os mesmos parâmetros para a remuneração de 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para os auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil e do Trabalho e para o nível máximo da carreira dos servidores do Banco Central do Brasil.

No momento em que o governo trava uma batalha com os bancos para a redução dos juros e do *spread* bancários, a **Por Sinal** discute o assunto em dois artigos, de autoria de colegas do BC.

Tratamos, também, de um tema gravíssimo nos dias de hoje: o assédio moral, especialmente entre os bancários, que, se não atingirem as metas estipuladas pelos bancos, podem ser demitidos.

Por fim, nossa “Prata da Casa”, desta vez, contando a história de Paulo Lino Gonçalves, diretor-secretário da regional paulista do Sinal, que ingressou no Banco Central em 1976 e credits ao destino o fato de sua vida profissional se confundir inteiramente com as atividades sindicais.

Vamos, então, à leitura.

**Conselho Nacional
Biênio 2011/2013**

Presidente

Sérgio da Luz Belsito

Belém

Pedro Paulo Soares Rosa

Brasília

José Ricardo da Costa e Silva

Gregório Alberto Saiz Lopes

Josina Maria de Oliveira

Belo Horizonte

Bruno Colombo Figueiredo

Curitiba

Miguel Hostílio Silveira Vargas

Fortaleza

Julia Walesca Gomes de Carvalho

Porto Alegre

Alexandre Wehby

Recife

Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro

João Marcus Monteiro

Jarbas Athayde Guimarães Filho

Julio César Barros Madeira

Luiz Rafael Gonçalves Giordano

Salvador

Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales

Eduardo Stalin Silva

Iso Sendacz

**Diretoria Executiva Nacional
Biênio 2011/2013**

Presidência: Sérgio da Luz Belsito

Diretor Secretário: Júlio Cesar Barros Madeira

Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor de Comunicação: Gustavo Diefenthaler

Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva

Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva

Diretor de Estudos Técnicos: Edilson R. de Sousa

Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais:

Iso Sendacz

Diretor Extraordinária de Qualidade de Vida:

José Vieira Leite

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Aparecido Francisco de Sales, Edilson Rodrigues de Sousa,
Gustavo Diefenthaler, José Manoel Rocha Bernardo, Mauro
Cattabriga de Barros, Sérgio Canas Prata, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 8.000

Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design

www.aipy.com.br

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas
nos artigos assinados.



GOVERNO X FUNCIONALISMO

Um jogo político pesado

Página 4

ESTADO MÍNIMO OU ESTADO EFICIENTE

Crise expõe a vulnerabilidade do setor público

Página 8



CRISE INTERNACIONAL

A lição democrática da Islândia

Página 14

ENTREVISTA DEPUTADO FEDERAL AMAURI TEIXEIRA (PT-BA)

O BC precisa de prerrogativas para trabalhar bem

Página 16



ASSÉDIO MORAL

Uma doença que ameaça a saúde dos bancários

Página 28

PRATA DA CASA

Paulo Lino, da boemia para os porões do BC

Página 32

ARTIGOS

Maria Juliana Zeilmann Fabris

A REDUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO AINDA É UM DESAFIO DO BANCO CENTRAL **Página 26**

Mauro Cattabriga e Cláudio Lacerda

PORTABILIDADE DE CRÉDITO: UMA OPÇÃO PARA REDUÇÃO DO SPREAD **Página 34**

Um jogo político pesado

ROSANE DE SOUZA

O embate vai ser duro, na avaliação dos servidores federais. Eles reivindicam reajuste linear de 22,8%, com base na recomposição inflacionária, mas Planejamento avisa que não tem dinheiro e considera a proposta “um acinte ao orçamento”. Acordos, só setoriais, e para o ano que vem, avisa governo



Sexta economia do mundo, à frente do Reino Unido, o Brasil chegará ao quinto lugar em termos de força econômica, em 2015, ultrapassando outro país europeu, a França. Apesar disso, e do fato de os brasileiros terem desembolsado quase R\$ 1 trilhão em impostos no ano passado, o governo federal já anunciou que não tem dinheiro para cumprir os acordos negociados durante o mandato do presidente Lula, e muito menos para conceder aumento salarial aos servidores públicos. O reajuste linear de 22,8% – mera recomposição inflacionária – reivindicado pelo funcionalismo federal já foi até mesmo qualificado de “acinte ao orçamento” pelo titular da recém-criada Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público (SRT) do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça.

Há três anos o Brasil também patina na discussão sobre a democratização das relações de trabalho, em especial na regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a única que pode garantir o pleno exercício de direitos civis e políticos aos corresponsáveis pelo êxito de ações econômicas comemoradas mundialmente, a exemplo da manutenção de reservas cambiais confortáveis – hoje, no valor de US\$ 347 bilhões – e do estoque, pelo Banco Central, de outros US\$ 420 bilhões, a título de depósitos compulsórios.

No dia 28 de março, os funcionários públicos realizaram uma marcha em Brasília, para lembrar aos integrantes do governo de Dilma Rousseff que desejam ser tratados como protagonistas

da história de outros bem-sucedidos programas, como o Brasil sem Miséria e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de coautores de uma política monetária eficiente e da elevação dos recursos do Tesouro.

Após a manifestação, representantes de 31 entidades sindicais se reuniram com Sérgio Mendonça, para mais uma rodada de negociação de um acordo que até aqui parece improvável. Na tarde do mesmo dia, o economista reuniu os servidores do ciclo de gestão e núcleo financeiro do Estado, a fim de discutir as demandas setoriais de cada um desses grupos.

► Agenda extensa

O funcionalismo reivindica a recomposição da inflação do período, no caso 22,8%, para todas as categorias do Executivo. Mas, até agora, o governo tem demonstrado, claramente, que não está preocupado em responder às demandas dos servidores. “O governo não se mostra disposto a conceder reajuste linear e nem mesmo a fixar uma política permanente de recomposição dos salários”, diz o presidente do Sinal Nacional, Sergio Belsito. Segundo ele, o governo parece evitar se comprometer com gastos permanentes, em função de não saber os rumos da crise econômica que surpreendeu alguns países europeus.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) considera que há sobra no orçamento suficiente para repor as perdas salariais do funcionalismo. Pelas contas da entidade, os investimentos com os servidores públicos federais correspon-

dem hoje a cerca de 30% das receitas correntes líquidas da União. “Esses 30% estão bem distantes do chamado limite prudencial, previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estipulado em 50% das receitas correntes líquidas”, avalia o dirigente nacional da CUT, Pedro Armengol, que coordena o setor público federal da Central. Ou seja, para a CUT, há espaço para o cumprimento dos acordos, fechados ainda no governo Lula, sem nenhum risco para a economia brasileira.

Contudo, as reivindicações do funcionalismo vão muito além de melhorias na renda familiar. Funcionários das chamadas carreiras do Estado desejam, por exemplo, que finalmente o governo sele o acordo de regulamentação da Convenção 151 da OIT, para normatizar de uma vez as relações de trabalho na administração pública e assegurar ao servidor público federal os direitos de negociação coletiva e de greve.



O novo secretário da SRT só tem isso (a regulamentação da 151) para apresentar até julho, quando também saberá da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, o montante de recursos disponíveis que terá para conceder um reajuste em 2013.

ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ
Diretor do Diap



A regulamentação da Convenção 151, já ratificada pelo Brasil, vem sendo objeto de negociação há três anos e motivou até mesmo a criação de grupos de trabalho nos ministérios do Planejamento e do Trabalho, mas até agora não saiu do pantanoso terreno das boas intenções. As propostas dos dois GTs são um empecilho para o acordo, pois essa divisão dificulta ainda mais as negociações. Parece ser essa a intenção do governo.

De acordo com Paulo Barela, da CSP-Conlutas e um dos interlocutores dos servidores na mesa de negociação, as duas propostas até agora apresentadas não atendem às necessidades dos trabalhadores. “Elas estabelecem, por exemplo, mesas de negociação permanentes que funcionam mais como uma espécie de câmaras setoriais do setor público na busca de um consenso. Isto não é negociação.” Além disso, afirma, os dois projetos criam uma série de restrições ao direito de greve. Neste caso específico, o que está na Constituição já é o bastante.

► Prioridade da SRT é a 151

O secretário da SRT, criada com a divisão das antigas secretarias de Gestão e de Recursos Humanos, assinala que o Brasil deveria já ter regulamentado a 151 no ano passado e, portanto, essa é uma das questões centrais do seu planejamento à frente do órgão. “A secretaria foi criada exatamente para dar foco a isso.” Mendonça ressalta que a intenção do Ministério do Planejamento, ao criá-la, foi poupar o tempo desnecessariamente gasto pela Secretaria de Gestão Pública nas negociações com servidores. “A Segep, com a função bem definida de folha de pagamento, ficou mais leve. Já a SRT tem foco na democratização das relações de trabalho.” Ele se diz otimista com uma solução acordada. “Eu não tenho outra opção, a não ser o otimismo”, afirma, salientando que a discussão de um acordo não exclui conflitos e, em uma situação extrema, a greve.

Na avaliação do diretor de Documentação do Departamento Intersindical de

Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, Toninho, a única coisa que o novo secretário tem para negociar com o funcionalismo é exatamente a regulamentação da Convenção da OIT. “Ele só tem isso para apresentar até julho, quando também saberá da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, o montante de recursos disponíveis que terá para conceder um reajuste em 2013.” É com essa parte do bolo que o governo está disposto a fazer um agrado aos servidores, mas só no próximo ano, assegura o especialista do Diap.

Toninho acha que Sérgio Mendonça, escalado para pactuar uma saída negociada, é mais indicado para a tarefa do que o antigo secretário de Recursos Humanos Duvanier Paiva Ferreira – que morreu este ano de infarto do miocárdio –, porque vai montar uma equipe mais bem capacitada. O novo secretário confirma os prognósticos de Toninho, ao confessar na reunião setorial de servidores que foram as instâncias superiores que decidiram não conceder qualquer reposição salarial este ano. Reajuste só mesmo nos anos 2013 e 2014.

O Diap também faz uma avaliação diferente dos motivos que fizeram a ministra Miriam Belchior criar a SRT, hoje ocupada pelo ex-economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo Toninho, o governo propositalmente esvaziou o órgão de negociação coletiva com as entidades de servidores públicos, por temer a autonomia do responsável pela costura do acordo. Ou seja, as tarefas da secretaria ocupada

por Mendonça são apenas negociar os termos e condições de trabalho, além de solucionar conflitos no serviço público federal. “Ao transferir o controle da formulação da política de pessoal e gestão de pessoas para a Secretaria de Gestão, que só se relaciona com órgãos governamentais, ele evita surpresas com mudanças irreversíveis, já que a secretaria encarregada da negociação nada fará sem autorização ou consulta ao órgão que mantém o controle.”

► **Acordos, só setoriais. Quando?**

Sérgio Mendonça revela a sua intenção de fechar acordos setoriais com as diversas categorias do funcionalismo até o fim de julho. Para isso, elaborou um calendário de reuniões com quatro grupos de servidores, entre eles, dos ciclos de gestão e núcleo financeiro. A primeira reunião setorial com os grupos – dos quais fazem parte policiais federais, advogados, servidores do Tesouro, da Receita Federal e do BC – foi realizada na tarde do dia 28 de março, já com retorno marcado para 11 e 12 de abril. “Achamos mais factível negociar caso a caso, porque não há orçamento que chegue para atender ao pedido de reajuste linear, que não é pequeno, e, ao mesmo tempo, as demandas específicas das categorias”, explica.

Segundo Barela, a lógica é a mesma: debater no específico. “Só aceitam discutir setorialmente, para enfraquecer as entidades”, diz, acentuando que a diferença é que, agora, tem um novo negociador, já com experiência na função “Mas só haverá concessão no espe-

cífico, darão as mesmas migalhas.” Nas contas da CSP-Conlutas, nos oito anos de gestão do presidente Lula, o governo gastou apenas 4,7% do PIB (Produto Interno Bruto) com os servidores da União, enquanto no mesmo período de administração de Fernando Henrique Cardoso o percentual foi de 6%. “E a arrecadação cresceu mais no governo Lula. Já a remuneração dos rentistas subiu de 35%, no governo FHC, para 47% do PIB, no de Lula”, afirma.

Mais do que negociar acordos com as diversas categorias do funcionalismo, Sérgio Mendonça afirma que pretende harmonizar carreiras, dando a elas um “sentido de lógica”, e, com isso, impedir, por exemplo, que as pessoas façam concurso só para ocupar carreiras com salários mais elevados, além de estancar o que chama de “processo autofágico” do funcionalismo público brasileiro diante das futuras aposentadorias. “Há uma expectativa de que 60% a 70% dos servidores se aposentem nos próximos anos”, calcula. Mendonça ressalva que os servidores trabalham com um prazo bem diferente do seu, para fechar um acordo: fim de abril ou começo de maio. Daí ter marcado uma nova rodada de discussão para o dia 24 de abril.

► **A resposta dos servidores**

Pedro Delarue, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), concorda com Mendonça em um único ponto: o governo não pretende dar nada em 2012. Só que, na sua avaliação, o funcionalismo já se deu conta de que perdeu 20% do seu

poder de compra. “Os servidores estão saindo da zona de conforto pós-reajustes razoáveis em 2008 e 2009.”

Na opinião de Delarue, os servidores estão dispostos a novos embates, caso não assegurem um bom acordo até maio, mês que gostariam que fosse fixado como data-base do funcionalismo. “A partir daí, vamos discutir com outras categorias de servidores quais são as alternativas de luta, e a própria greve não está descartada.” Já o presidente da regional do Sinal em Brasília, José Ricardo da Costa e Silva, acredita que o funcionalismo vai enfrentar, este ano, um jogo político pesado: “Está sendo um embate duro, e nós temos de aproveitar as brechas, mostrar coesão e debater muito a política de congelamento salarial do governo”.

O filiado Sérgio Canas Prata, ex-diretor de Comunicação da Regional do Rio de Janeiro, está convicto de que os servidores do BC precisam de um acordo que garanta a modernização da carreira de especialista do Banco, que já recebeu até o aval da diretoria da instituição, assim como a equiparação dos maiores salários pagos ao topo da carreira do Executivo – 90,25% do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ele avalia que a grande vitória dos servidores foi a instituição do subsídio em 2008, ano em que os funcionários do BC também foram contemplados com um reajuste em três parcelas, integralmente pagas até 2010. “Mas, após quatro anos sem aumento, o governo precisa garantir uma reposição salarial de emergência”, declara. ▣

Crise expõe a vulnerabilidade do **setor público**

PAULO VASCONCELOS



A crise nos países europeus requeitou um debate emblemático para os economistas: qual o tamanho ideal do Estado e a política econômica mais indicada para sair da beira do abismo? Países como a Grécia, que acumula um rombo de £ 300 bilhões ou o equivalente a mais de R\$ 780 bilhões, têm preferido abater parte da dívida em acordos com os credores e com um pacote de ajuda do Fundo Monetário e do Banco Central Europeu em troca de austeridade fiscal e privatizações. Já a Islândia optou por uma saída que, por ironia, cairia sob medida ao berço da democracia: a rejeição da estatização dos prejuízos e a prisão dos responsáveis com o fortalecimento da participação popular nas decisões

A crise explodiu na Europa no ano passado. Uma a uma, as economias de alguns dos principais países da Zona do Euro foram sucumbindo ao peso das dívidas: Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha entraram em estagnação ou recessão. A França aparentemente resistiu melhor à crise, enquanto a Alemanha, que sentiu menos os efeitos, saiu fortalecida. As dificuldades já haviam aparecido em 2009, porque o setor público estatizou a dívida privada contraída pelo sistema financeiro em empréstimos aos bancos americanos que deram o calote. O processo se agravou porque as famílias europeias vinham se endividando para alcançar um modelo de consumo copiado do *american way of life* em que felicidade era sinônimo de consumo de produtos de última geração.

A receita de quase todos os países para sair da crise depende de um pacote de ajuda. No fim de março, os

ministros de finanças da Zona do Euro aceitaram ampliar o fundo de apoio aos endividados para £ 800 bilhões – quase R\$ 2 trilhões. Em troca, os países têm aceitado apertar o cinto, reduzir os gastos públicos, enxugar a máquina estatal e privatizar serviços.

► Combater a doença e matar o doente

Os resultados positivos têm sido lentos, mas os negativos surgem com a velocidade das más notícias. O desemprego na região já atinge 13 milhões de pessoas. Só na Espanha, onde a taxa de desemprego, de 23%, é a mais alta do continente, são 3 milhões de desempregados. Uma greve contra as medidas de austeridade e as reformas trabalhistas em troca da ajuda de £ 78 bilhões – R\$ 190 bilhões – da União Europeia e do FMI suspendeu a circulação de trens, fechou portos e paralisou a maior parte do transporte

público em Portugal, no fim de março. Em Paris, 9 mil pessoas saíram em passeata no bairro da Bastilha com cartazes escritos “Já basta”.

“Os países europeus que vão se curvar ao FMI e que desejam conhecer o seu futuro não precisam de ‘bola de cristal’. Basta conhecer a história econômica desastrosa da América Latina dos anos 1990”, reagiu o economista João Sicsu num artigo no portal Carta Maior, na internet. “A Grécia, com sérios problemas de déficit e um aparelho estatal desproporcional, corre o risco de aprofundar o processo de recessão se limitar-se apenas ao corte de gastos públicos”, endossa João Sabóia, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Gastos públicos sempre têm peso significativo nas contas nacionais. John Maynard Keynes, defensor da política econômica intervencionista do Estado e um dos pais da macroe-



O gasto com pessoal no Brasil nunca passou de 5% do PIB. Apesar de todos os concursos e contratações realizados entre 1997 e 2008, o quadro de servidores era equivalente ao da década anterior.

MARCELO VIANA
ESTEVAO DE MORAES
Ex-secretário de Gestão Pública
do Ministério do Planejamento

conomia moderna, já havia mostrado nos anos 1930 a importância dos investimentos governamentais para tirar um país da recessão. Seus seguidores estão entre os que defendem que o remédio do corte de servidores nem sempre ajuda o doente, mas o fim dos investimentos públicos pode matá-lo. É preciso muito cuidado para evitar a recessão profunda, com desemprego e queda da renda.

► O tamanho do Estado brasileiro

A preocupação remete ao tamanho do Estado brasileiro. O país, como em 2009, ainda sente pouco os efeitos da crise internacional. Há três anos, o Brasil praticamente empacou na estagnação por causa dos problemas econômicos dos Estados Unidos, mas comemorou o feito com uma vitória moral porque não caiu em recessão como outros países. Hoje, já se prepara para crescer menos do que poderia, por conta da crise europeia, embora o governo continue investindo prioritariamente no crescimento do país. Tanto antes como agora, a discussão é se um Estado menor, porém mais eficiente, não permitiria mais recursos para os investimentos produtivos – aqueles que, efetivamente, fazem um país crescer.

“Realmente, a questão não é o tamanho do Estado, mas a eficiência dele em termos de tentar corrigir as falhas de mercado, realizar políticas públicas e sociais e investimentos complementares (ou não) à atividade privada. Pode se ter um Estado grande e ineficiente,

bem como um Estado enxuto e eficiente”, diz o economista Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Se o Estado brasileiro é grande ou pequeno, pouco importa. O que interessa é que é uma orgia. O resto é debate de bêbados”, diz o professor Ricardo Bergamini, especialista em finanças públicas. “Apenas no poder Legislativo federal, com 81 senadores e 513 deputados federais, havia um efetivo, em 31 de dezembro de 2011, de 34.516 servidores, sendo que 25.088 são ativos e 9.428, inativos. A média é de 42 servidores ativos por parlamentar.”

Os números levantados por Bergamini destacam pontos importantes sobre o tamanho e o funcionamento da máquina pública. No governo Lula, de 2003 a 2010, houve um aumento do quadro de pessoal em relação a dezembro de 2002 de 171.395 servidores: 119.629 no Executivo Civil, 42.582 no Executivo Militar e 39.134 no Judiciário. Nada menos de 34.120 foram contratados para os territórios, já extintos, mas ainda pagos pelo Ministério da Fazenda, e para o Distrito Federal, enquanto outros 4.171 foram para o Legislativo. No governo Dilma Rousseff, em 2011, na comparação com dezembro de 2010, o aumento foi de 25.114 servidores – 11.965 no Executivo Civil, 10.808 no Executivo Militar, 4.974 no Judiciário, 2.131 nos ex-territórios e Distrito Federal e 502 no Legislativo.

O custo total com a folha de pessoal passou de R\$ 75 bilhões – equivalentes a 5,07% do PIB –, em 2002,

para R\$ 183,3 bilhões – 4,86% do PIB –, em 2010. O crescimento nominal foi de 144,40% em oito anos, mas houve queda real em relação ao PIB, de 4,14%. Em 2011, o custo total com pessoal da União foi de R\$ 197,4 bilhões, equivalentes a 4,76% do PIB, com crescimento de 7,69% em relação a 2010.

No governo Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, foram gastos 85,02% das despesas totais (correntes e capitais) e 98,08% das receitas totais (correntes e capitais) com apenas cinco rubricas orçamentárias: Fazenda, Previdência (INSS), Saúde, Defesa e Educação. No governo Lula, com as mesmas cinco rubricas orçamentárias, foram gastos 80,93% das despesas totais e 93,12% das receitas totais. Já no primeiro ano do governo Dilma, as mesmas cinco rubricas orçamentárias corresponderam a 78,44% das despesas totais e 82,80% das receitas totais.

O rendimento médio mensal, em 2011, de cada um dos 1.229.710 servidores da União – 881.123 civis e 348.587 militares – foi de R\$ 7.980,20, ainda de acordo com o professor Bergamini. A média mensal *per capita* do país para os trabalhadores formais nas atividades privadas foi de R\$ 1.650 – 79,32% menor. O valor médio mensal per capita com aposentadorias e pensões dos 1.003.573 servidores – 715.694 civis e 287.879 militares – da União no ano passado foi de R\$ 6.543,29, enquanto o INSS pagou a cada um dos 24,8 milhões beneficiários das atividades privadas

em média, por mês, R\$ 828,40 – 87,34% menor. O estudo não menciona que os servidores públicos contribuem com 11% sobre o salário integral, enquanto os empregados da iniciativa privada o fazem até o limite de R\$ 3.916,20.

► O mito do gasto público

No trabalho “O mito do inchaço da força de trabalho do Executivo federal”, escrito em parceria com Tiago Falcão Silva e Patrícia Vieira da Costa, o especialista em políticas públicas e gestão governamental Marcelo Viana Estevão de Moraes, ex-secretário de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, também se vale dos números para tentar desfazer o discurso de quem prefere o Estado mínimo – ou pelo menos mais enxuto. O gasto com pessoal no Brasil, segundo ele, nunca passou de 5% do PIB. Apesar de todos os concursos e contratações realizados entre 1997 e 2008, quando assumiu a Secretaria de Gestão, o quadro de servidores era equivalente ao da década anterior.

Mais: na comparação internacional, o Estado brasileiro aparece de bom tamanho. Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgados pelo Ministério do Trabalho, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que o emprego público no país representa cerca de 12% do total das pessoas ocupadas no

mercado de trabalho, contra 25% do total de ocupados na Europa Ocidental. Nos países escandinavos, a relação é ainda maior: uma em cada três pessoas trabalha no serviço público. Na França, o emprego público chega a quase 28% do total. Nos Estados Unidos, aproximadamente 15%. É assim também no Uruguai, enquanto no Paraguai são 13% e no México e na Costa Rica, 14%.

Outro estudo do Ipea trata da comparação mais utilizada internacionalmente: a da quantidade de servidores por habitante. Em 2000, o Brasil tinha 5,52 servidores por mil habitantes. Outros países de estrutura federativa igual ou similar apresentavam, na mesma época, números superiores: na Alemanha, eram 6,10 servidores por mil habitantes; no México, 8,46 servidores por mil habitantes; nos Estados Unidos, 9,82 servidores por mil habitantes. Na Coreia, que difunde a imagem de Estado enxuto, a relação era de 11,75 por mil. Na Finlândia, como seria de se esperar num país que oferece forte proteção social, a relação era ainda maior: de 24,24 por mil. Na Irlanda, mesmo após rigoroso processo de ajuste fiscal, a relação chegava a 54,86 por mil. Embora não haja dados comparativos disponíveis para anos mais recentes nos estudos do Ipea, é importante destacar que, no Brasil, a relação servidor/habitante caiu para 5,33 por mil em 2008.

► Memória ameaçada

“O serviço público no Brasil já passou por grande compressão por razões fis-

cais e correu um risco sério de perda de memória com a evasão de pessoal ou o envelhecimento da força de trabalho, a contenção de concursos e a intensificação da terceirização”, diz Marcelo Viana. “Quando estava na Secretaria de Gestão, havia risco de perda de memória no IBGE e no Banco Central.”

A ameaça ainda existe. A previsão é que 80 mil servidores se aposentem nos próximos anos. Só no Banco Central, seriam pelo menos 1.300 em um ano e meio. Apenas 700 das 1.200 vagas criadas pela aposentadoria de funcionários da instituição foram preenchidas pelos últimos concursos

públicos. “Tem gente que acha que tem servidor demais ou que defende um Estado mais eficiente, mas o mais importante é que ele compatibilize o tamanho da folha à sua vocação de suporte à cidadania”, comenta o diretor de Comunicação do Sinal Nacional, Gustavo Diefenthaler. “O Estado mínimo é sempre desejável, mas no momento em que cerca de 50 milhões de pessoas ingressam no mercado consumidor por conta da política econômica do governo e demandam informação, proteção e serviços, é importante que o Estado esteja equipado para atendê-las.”

Até o Estado mínimo parece fazer falta hoje em muitas áreas de atuação do setor público. Numa entrevista à revista Carta Capital, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos aponta que as políticas de governo são de bem-estar social e progresso, mas o Estado não está aparelhado para atendê-las. Isso, segundo ele, provoca o atraso em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a Transposição do Rio São Francisco e a Transnordestina, ou no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e na inserção de mais brasileiros a programas como Bolsa Família ou Luz para Todos.

Qual o peso da Previdência Social?

Na contabilidade do Estado brasileiro há ainda o peso da Previdência. Em 2011, o déficit do setor chegou a R\$ 89,5 bilhões – 2,16% do PIB. Só o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) contribuiu com R\$ 35,3 bilhões – 0,85% do PIB – para o rombo, enquanto o déficit previdenciário do setor público federal pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) foi de R\$ 54,2 bilhões – 1,31% do PIB. O governo, além da parte patronal legal de R\$ 13,4 bilhões, teve de cobrir o déficit previdenciário, totalizando R\$ 67,6 bilhões – nada menos de 57% dos gastos com pessoal ativo.

Cansado de rebater estudos que tentam demonstrar que a Previdência Social não gera déficit, o economista Ricardo Bergamini decidiu montar um modelo a partir de dados do Ministério do Planejamento que necessita apenas de conhecimentos de nível básico para ser entendido. A matemática de primário contrapõe os 1.229.710 servidores federais ativos que existiam em dezembro de 2011, e que custaram R\$ 118,6 bilhões ao Tesouro Nacional, aos 1.000.994 inativos, que responderam por R\$ 78,8 bilhões de despesas, para apontar algumas conclusões:

1) Há 1,22 servidor federal ativo para 1,00 servidor federal inativo – uma proporção desequilibrada por conta de distorções, como a aposentadoria precoce de políticos e as pensões para filhas de militares.

2) A União gasta 66,44% do que é pago aos servidores federais ativos com o pagamento dos inativos. Número obtido dividindo-se os gastos com servidores federais inativos, de R\$ 78,8 bilhões, pelos gastos com servidores federais ativos, de R\$ 118,6 bilhões.

3) Como, em média, os servidores federais ativos, inativos e pensionistas contribuem com 11% dos seus salários para o fundo do Regime Próprio de Previdência da União, ficam faltando 55,44% dos gastos correspondentes aos sa-

“A partir do governo Lula, houve uma revolução nas prioridades do governo e as instituições do Estado não foram criadas para isso”, diz Wanderley Guilherme dos Santos. “As políticas sociais dirigidas às populações pobres nunca existiram, nem, conseqüentemente, as estruturas organizacionais para executá-las e avaliar resultados.”

“Pode até ser que este ponto de vista esteja correto, mas as coisas são morosas por alguns motivos, como a burocracia, a exigência de alianças partidárias necessárias à governabilidade, mas que têm interesses diferenciados, ou a política do governo de trabalhar

com superávit fiscal, que, queiramos ou não, acaba engessando as atividades do Estado”, afirma Fernando Ferrari Filho.

A precarização da estrutura do Estado para atender às políticas governamentais e às demandas da população costuma ser o outro lado da moeda do debate. “O governo sempre pode melhorar a eficiência, mas já é possível determinar que houve aumento da produtividade no setor público, considerando-se que houve queda na relação entre servidores e população”, diz o especialista em políticas públicas e gestão governamental Marcelo Viana Estevão de Moraes.

“O Estado brasileiro não é tão grande quanto se fala, mas é claro que há problemas na máquina pública”, afirma o economista João Sabóia. O retorno do serviço público para a população é precário, principalmente na saúde e na educação. Enquanto a classe média conta com plano de saúde, a população mais pobre ainda depende do atendimento na rede credenciada do SUS. As políticas educacionais dos últimos governos garantiram o acesso de todas as crianças à escola, mas o ensino continua ruim. “Não dá para negar a ineficiência, mas há também ilhas de excelência.”

lários dos servidores federais ativos para fechar a conta, paga afinal pelo Tesouro Nacional, apesar de a lei estabelecer para a União a contribuição de 22%.

A expectativa do governo, agora, é reduzir o rombo a zero em 30 anos, a partir da aprovação pelo Senado, em 28 de março, do projeto de lei complementar que cria o novo modelo de previdência do servidor público. O país ainda terá de esperar outros seis anos para ver o fim de uma distorção ainda maior no setor militar, em que o pessoal da ativa consome 40% dos recursos, enquanto os inativos ficam com 60%, em parte por causa da pensão concedida a viúvas e filhas. A exceção remonta à Guerra do Paraguai, quando as mulheres eram consideradas incapazes, e só foi extinta para quem ingressa nas três forças a partir de 2001.

Outro privilégio permanece. Os militares não foram atingidos pela nova lei de previdência do servidor público, que acaba com a garantia de aposentadoria integral. A partir de entrada em vigor, o limite do valor das aposentadorias e pensões no serviço público federal civil fica vinculado ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), fixado em R\$ 3.916,20. De acordo com o texto, serão criadas três entidades fechadas de previdência privada, uma para cada Poder da República. A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

“A nova lei mexe na estrutura do Estado, porque vai criar uma nova categoria de servidor”, diz Aparecido Sales, diretor do Sinal em São Paulo. Ele acredita que organizações como Receita Federal, Polícia Federal e Banco Central talvez precisem da garantia de uma lei orgânica. “É preciso que seja rediscutida a estratégia do governo com a nova lei.” Ele acrescenta um novo dado e pondera: os militares da reserva custam ao governo cerca de R\$ 38 bilhões. Ou seja, se eles não foram atingidos pela criação do Funpresp, dificilmente se chegará a um déficit zero, mesmo que em 30 anos!

A lição democrática da Islândia

País buscou um caminho próprio, que deu certo, punindo os bancos responsáveis e não transferindo a conta para a população



A Islândia desceu do céu ao inferno em apenas uma década, mas parece que vai sair do limbo antes de potências maiores. A revolução sem armas islandesa já derrubou o Parlamento, criou uma nova constituição e levou para trás das grades meia dúzia de banqueiros acusados de fraude. Como se tudo isso não bastasse, começa a dar os primeiros sinais de recuperação econômica.

O segredo? Não permitir que o governo estatizasse os prejuízos e transferisse a conta para a população.

A lição dada pela Islândia não aparece nas páginas dos jornais nem no noticiário das redes de televisão. Ganhou destaque na abertura do documentário "Inside Job", duas reportagens da revista Piauí, mas isso foi quase tudo. Os poucos veículos de

comunicação que dedicaram algum espaço ao país se limitaram a registrar o processo de retomada do desenvolvimento com a ajuda de dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), sem entrar em detalhes sobre todas as mudanças políticas provocadas pela reação dos islandeses à crise.

"O curioso é que a solução islandesa foi colocada para escanteio aqui no Brasil", diz o professor Márcio Scalécio, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. "É verdade que se trata de um país pequeno, com menos habitantes talvez do que Copacabana, mas o caso lá foi de roubalheira pura."

A Islândia é uma pequena ilha, rodeada por ilhas e ilhotas ainda menores, localizada no norte da Europa. O arquipélago atinge uma área de 103 mil km² – quase um quarto do tamanho de Florianópolis. A população é de 320 mil pessoas – pouco mais de duas vezes o número de moradores de Copacabana. A economia é baseada na indústria de pesca, responsável por

40% das receitas e pelo emprego de 7% da força de trabalho.

A esperança de vida está entre as mais altas do mundo. A taxa de desemprego, até a explosão da crise, em 2008, não chegava a 2%. Em 2007, a Islândia ficou em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), à frente de Estados Unidos, França e Reino Unido. Dois anos depois, e apesar da crise, apareceu em terceiro lugar na relação da ONU dos países mais desenvolvidos. O PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* estava entre os dez melhores.

Os indicadores foram garantidos pela política de bem-estar social do Estado, que manteve os cuidados de saúde universais e o ensino superior gratuito, apesar da onda liberal que tomou conta do país na década de 1980. Por conta dos reflexos da administração Margaret Thatcher, na Inglaterra, a pesca fora privatizada, os impostos reduzidos e os mercados, desregulamentados.

O sistema bancário não escapou. O Kaupthing, o Glitnir e o Ice-save começaram uma corrida desenfreada para expandir as atividades dentro e fora do país e impulsionaram o endividamento. O governo incentivou uma política de casa própria garantida por empréstimos hipotecários de fácil acesso à população em que as taxas eram vinculadas à evolução dos preços, mas não aos salários. O consumo foi estimulado com empréstimos de curto prazo. Para financiar todo esse festival creditício, os bancos foram adquirindo fundos do mercado mundial, especialmente na

Grã-Bretanha e Holanda. Os islandeses trocaram o peixe pelo *money market* e se deixaram iludir pela sensação de que o sistema financeiro era mais sedutor do que o bacalhau.

Em 2008, quando o déficit comercial forçou à desvalorização da moeda nacional em 50%, a inflação disparou e as taxas hipotecárias e de crédito ficaram impagáveis. O estouro da bolha revelou uma conta ainda mais surpreendente: a dívida dos bancos superava em mais de dez vezes o PIB do país.

Resultado: ao quebrarem, os bancos carregavam US\$ 75 bilhões nos balanços – US\$ 250 mil para cada homem, mulher e criança da Islândia. Mais de um terço da população ficou superendividada, 13 mil casas foram confiscadas e dezenas de milhares de famílias entraram na pobreza.

O governo tentou impor um plano de reestruturação da dívida, mas aí a população achou que era demais. O governo caiu, foram convocadas eleições para uma Assembleia Constituinte e consultas populares em que a população decidiu pagar a conta, mas não a ajuda do FMI.

Depois de quatro anos, os reflexos são flagrantes. O país empobreceu e tem hoje o mesmo tamanho que tinha em 2004. Apanhadas no contrapé pela crise, boa parte das empresas islandesas foi encampada pelos credores. Hoje, 60% delas pertencem aos bancos. O desemprego subiu para 7,3% – ainda assim, metade do da Irlanda, um terço do da Espanha, dois países também em dificuldades. Projeções indicam um crescimento de 2,5% em 2012, contra

uma retração esperada para toda a Europa do euro.

Dos três bancos nacionalizados, o Estado manteve o controle de apenas um, o Landsbanki (Banco Nacional). Numa clássica conversão de dívida em participação, os outros dois foram repassados a grandes credores internacionais, que preferiram vendê-los a *hedge funds* americanos, aceitando 2 ou 3 centavos pelo valor de face de 1 dólar.

A Islândia não deu um calote completo. As dívidas foram contraídas por entidades privadas, e quem emprestou assumiu o risco de fazer mau negócio. Perderam bancos internacionais, a maioria deles europeus, dos quais metade alemães. Extintas as esperanças de reaver os empréstimos à trinca islandesa, eles deram por perdidos US\$ 63 bilhões.

“Para além do resultado final desse confronto, a Islândia mostra que é possível pensar em soluções alternativas, que não é necessário salvar os bancos como um passo para quaisquer outras medidas e que há outro caminho que envolve decisões não só econômicas, mas fundamentalmente políticas e democráticas”, escreveu Eduardo Lucita, integrante do coletivo dos Economistas da Esquerda no “Diário Digital”, do Chile.

“O exemplo da Islândia pode se propagar para outros países, mas de forma mais conturbada, porque, neste caso, tratava-se de um país pequeno e com uma população mais homogênea”, diz o professor Márcio Scalécio. “A maior lição da solução islandesa é que a resposta dos países à crise tem de ser política, não tecnocrática.” ▣

O BC precisa de **prerrogativas** para trabalhar bem



Funcionário de carreira da Receita Federal, o auditor-fiscal e deputado federal Amauri Teixeira tem uma visão clara sobre o papel do seu mandato. “O parlamentar atua em defesa dos interesses de quem representa, e eu me sinto representante do servidor público.” Autor da PEC 147, ele avalia que algumas carreiras têm necessidades especiais e não podem ficar vulneráveis às pressões do governo e de grupos econômicos. “Se houver quebra de autonomia, instituições como o BC, a Receita e a Advocacia Pública, por exemplo, não cumprem bem o seu papel. Elas precisam de prerrogativas para serem imunes a essas pressões.” Confira, abaixo, a entrevista que o deputado deu à **Por Sinal**.

■ **Nós, do Sinal, temos ciência da importância do trabalho feito pela instituição que representamos para garantir a estabilidade financeira e política e o crescimento econômico do país. Sabemos também como suas funções são essenciais e, por isso, defendemos a equiparação dos subsídios com os da Receita, Polícia Federal, AGU, dentro do Executivo. A PEC 147, de sua autoria, é um instrumento nessa direção. Na sua avaliação, qual é a importância desse projeto de lei para as carreiras e cargos do núcleo estratégico do governo federal?**

Discutimos muito com os deputados Mentor, do PT de São Paulo, e Mauro Benevides, do PMDB do Ceará, tentando convencê-los a inserir na PEC 443 essas categorias. A gente sabe da importância e do papel do Banco Central e, também, que numa instituição como essa os servidores têm de ter garantias jurídicas que não comprometam a independência do Banco, a sua atuação. Por isso, já advogamos, desde o começo, que eles recebam o mesmo status jurídico e o mesmo tratamento que tem a AGU (Advocacia-Geral da União), que têm os auditores da Receita Federal, os auditores do Trabalho e outras categorias. Na verdade, a nossa pretensão inicial era inseri-los na PEC 443. Mas existe uma resistência notória do relator Mauro Benevides. Ele acha que se enxertarmos um número muito grande de categorias, vamos acabar prejudicando o trâmite da 443. Eu não concordo com a análise dele, acho que quanto mais categorias, mais peso político temos para aprovar. Sempre defendi isso, mas não consegui convencê-lo.

■ **E qual foi a saída?**

Buscamos uma alternativa e, então, o próprio Mentor me sugeriu que fizesse uma PEC de caráter similar, paralela à 443, incluindo as categorias dessas instituições na equiparação. O que ele acertou comigo é que o ritmo de tramitação será igual. Já tinha combinado com o Marco Maia a votação e agora conversamos com o deputado Berzoini (PT-SP) para que a CCJ aprove a admissibilidade. O Marco Maia nomearia a comissão – similar ou até mesmo idêntica –, as comissões seriam convocadas no mesmo dia, aprovaríamos ambas nas comissões e elas ficariam prontas para irem a plenário na mesma época. Ou seja, a gente acelera a nova PEC e a coloca no mesmo ritmo de tramitação da 443. Isso é o combinado, e acho essa alternativa razoável.

■ **O senhor acha, então, que não é uma estratégia boa a gente continuar insistindo na PEC 443?**

Nós achamos que esgotamos a possibilidade de inserção e não podemos correr risco. Vocês sabem disso, já conversaram várias vezes com o relator e com o presidente, e eles são enfáticos em negar a inclusão. O perfil dos membros que compõem a comissão mostra que eles não são favoráveis à nossa proposta de inclusão. Por isso, achamos que não devemos insistir e arriscar ter de começar tudo de novo. Se começarmos do zero após aprovarmos a 443 e não inserirmos essas categorias, aí é que vamos retardar todo o processo. Algumas categorias não entendem a tática que estamos usando. Só quem fica fazendo demagogia sindical

e disputa na luta sindical é que não vê isso. Mas se todas as categorias apontarem o erro da minha tática e me convencerem de que elas não querem a composição e preferem insistir até o fim, eu recuaria tranquilo. Insisto, porém, que seríamos derrotados. Não é um jogo para prejudicar, é um jogo para beneficiar. Eu aqui sou representante, sou militante das causas dos servidores públicos, tenho me colocado como tal e praticado isso.

■ **Estivemos algumas vezes com o deputado Mauro Benevides e ele insistiu que não havia espaço para incluir essas categorias na PEC 443.**

Exatamente. Os representantes das categorias que estão atuando com seriedade, auscultando a tendência, percebem que não há espaço. O espaço está bloqueado, impermeável. Se nós formos para o voto, perdemos dentro da comissão. Então, qual é a alternativa? Eu marquei com o Álvaro Sólón, da Anfip (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal), após o feriado da Páscoa, termos uma reunião com todas as entidades envolvidas, uma conversa muito franca, já que nunca atuei sem transparência. E se as categorias concordarem com essa tramitação paralela, com essa nossa tática, vamos mantê-la. E, aí, teremos uma conversa com o deputado Mentor, eu e essas entidades juntos, depois com o Marco Maia, e vamos garantir esse acordo.

■ **O que o senhor acha de a gente apensar a PEC 147 ao andamento da PEC 443? Não seria uma alternativa mais atrelada institucionalmente do que só o andamento lado a lado, paralelo, entre as duas?**

Aqui é uma Casa de composição de interesses, e se não soubermos compor, vai ser mais difícil. Você pode até ter grandes defensores de algumas categorias, mas não consegue aprovar nada, a verdade é essa. Esta é uma Casa em que temos de jogar o jogo que é mais favorável e negociável, e nos beneficie. Se for para apensar se é a melhor estratégia, aí temos de combinar com o Mentor, com o Marco Maia, que são atores importantes nesse processo. Temos de combinar com o Mauro Benevides, que é um ícone da casa, um parlamentar que todo mundo respeita muito. Não podemos fazer coisas da nossa cabeça, achando

que essa é a melhor tática. A melhor tática é aquela que todos acham que deve ser seguida. Se convenceremos a comissão de que a apensação é a tática mais adequada e a mais efetiva, não tem problema. Mas se caminhar paralelo significa a facilitação do trâmite e o asseguramento de que ambas irão para plenário e para as comissões no mesmo momento, ambas terão garantia de aprovação na comissão, inclusive uma comissão designada com as pessoas que nós apontamos, ótimo.

■ **O senhor vê algum risco de a PEC 443 prosperar e a nossa ficar parada?**

Não, mas temos de ter agilidade nisso. Eu assinei essa PEC, quem coletou as assinaturas e fez o texto foi o deputado Mentor, é uma sugestão dele, e eu a acolhi, porque achei adequado topar algo que estava sendo ofertado como alternativa por quem é presidente da Comissão. A gente tem de ter o mínimo de percepção, de sensibilidade, de maturidade e responsabilidade. Porque alguns dirigentes, repito, Alguns dirigentes sindicais não estão preocupados em vencer as bandeiras. E isso faz parte da mais absurda sobrevivência política! Querem ficar com a bandeira na mão eternamente, porque só têm isso. Nós temos tantas coisas para resolver no Brasil que quanto mais bandeiras a gente solucionar, menos peso vamos carregar.

■ **Quando o senhor acha possível propor algum ajuste ao texto da nova PEC? Como isso vai funcionar?**

Algumas pessoas já nos procuraram para ajustar o texto, mas temos de ter todo o cuidado. Como eu adiantei, essas coisas têm de ser dialogadas, não se pode precipitar nada. Agora, após o feriado da Páscoa, vamos sentar todos e conversar sobre tática, aperfeiçoamento de texto, aperfeiçoamento jurídico. Tudo isso dialogando com o deputado Mentor, o deputado Mauro Benevides e outros parlamentares.

■ **E com o relator também...**

O relator nós vamos assegurar conversando com o Berzoini e com vários atores. A gente não deve dar passos sem os estarem medindo, sem estar negociando. Digo e repito: eu não tenho nada fechado, se precisar modificar o texto,

“ **Alguns dirigentes sindicais não estão preocupados em vencer as bandeiras. E isso faz parte da mais absurda sobrevivência política! Querem ficar com a bandeira na mão eternamente, porque só têm isso. Nós temos tantas coisas para resolver no Brasil que quanto mais bandeiras a gente solucionar, menos peso vamos carregar.**

modifico; se precisar retirar a PEC, retiro, porque quem tem de conduzir esse processo não sou eu, são essas categorias. Eu sou um instrumento da vontade das categorias.

■ **Retirar a PEC não é o que o Sinal quer.**

Estou colocando claramente que não estou aqui fazendo uma PEC da minha vaidade, eu estou fazendo uma PEC para atender aos anseios dos servidores. E estou disposto a ir até o fim junto com as categorias, orientado por elas. O parlamentar não pode ter atuação em si, ele atua em defesa dos interesses de quem representa, e eu me sinto representante do servidor público. É claro que pode ter divergência entre as categorias, e, se tiver, vou ficar com a minha tática, porque, se umas concordam e outras divergem, vou manter a PEC. Agora, se todas discordarem, eu não tenho por que insistir, mesmo se achar que estou certo.

■ **O Sinal não só concorda com essa tática, como também quer receber o senhor na Bahia. O convite está feito.**

Eu me proponho a fazer esse diálogo também nos estados, sem problema nenhum. Meu mandato é um mandato aberto, o meu mandato é um mandato de diálogo.

■ **Vamos sair da discussão específica da PEC 443. Li um artigo do professor Wanderley Guilherme em que ele diz que as políticas sociais dos governos Lula e Dilma revolucionaram este país, do ponto de vista da redistribuição de renda e da inclusão, mas que a máquina pública não acompanhou esse significativo avanço. Ou seja, ainda estamos longe de um Estado do Bem-Estar Social que dê conta da execução de políticas públicas tão**



inovadoras. No momento em que se fala em contenção de despesas, cortes orçamentários, como reaparelhar o Estado brasileiro?

Primeiro, vamos botar os pingos nos is. Concordo plenamente com essa análise, pelo menos com a premissa da análise: as políticas sociais avançaram mais do que o aparato do Estado dá conta de efetivá-las. Basta ver a Defensoria Pública, o Ibama, o Inbra. Hoje temos dificuldade de avançar na reforma agrária, porque faltam técnicos no Inbra. Temos dificuldade de assegurar a preservação ambiental, porque não temos servidores suficientes no Ibama. Basta ver a segurança nas fronteiras, faltam servidores na Polícia Federal, na Receita Federal, na Polícia Rodoviária Federal, basta ver o quantitativo de procuradores, o déficit de procuradores no Banco Central, de auditores, etc., etc. Ou seja, ainda há muito a fazer para que o Estado tenha musculatura e possa garantir a efetivação das políticas sociais. Mas ele avançou muito. Lula promoveu concursos para quase todas as áreas, contratou servidores. Ano passado, Dilma também contratou servidores concursados, auditores-fiscais do Trabalho, auditores da Receita Federal, analistas. Acompanhei tudo isso de perto. Agora o governo abriu concurso para a Polícia Federal, 600 vagas para agente da PF e cem para datiloscopista. E está aprontando a abertura de concurso para 46 mil novos

cargos, boa parte destinada às novas universidades que foram criadas. Mas nós temos dito à ministra do Planejamento (Miriam Belchior), à ministra da Casa Civil (Gleisi Hoffmann), ao secretário-geral da Presidência da República (Gilberto Carvalho) e ao ministro (da Fazenda) Guido Mantega, que ainda não é suficiente, que precisamos acelerar essa estruturação, porque o neoliberalismo destruiu a máquina, a verdade é essa. Os anos neoliberais terceirizaram o Estado e o minimizaram, foi um desastre! Você não reconstrói isso de uma hora para outra. Concordo plenamente com a tese, mas de forma parcial. Lula e Dilma não têm a mesma postura que os governos anteriores.

■ E o que eles propõem, efetivamente?

Eles demonstraram que estão dispostos a fortalecer o Estado, e com gestos concretos, promovendo concursos e contratando os concursados. Agora, é claro, ainda são passos lentos. E nós precisamos acelerar esse processo, porque algumas áreas estão vivendo situações graves. A Defensoria Pública da União, por exemplo, tem 479 defensores públicos. E isso é altamente insuficiente para garantir direitos de quem não tem direitos. Porque a Defensoria Pública é um órgão para defender os pobres. De fato, algumas áreas precisam ser fortalecidas. É claro que o Banco Central é uma instituição



Eles (Lula e Dilma) demonstraram que estão dispostos a fortalecer o Estado, e com gestos concretos, promovendo concursos e contratando os concursados. Agora, é claro, ainda são passos lentos. E nós precisamos acelerar esse processo, porque algumas áreas estão vivendo situações graves.

fundamental nas políticas praticadas por Lula e Dilma. Nós estamos vendo a intervenção do Estado, e o Estado brasileiro é paradigmático. A intervenção do Estado na economia foi o que fez a diferença. E com diversos órgãos: com o Banco Central, o BNDES, a Petrobras, a Caixa, o Banco do Brasil. Quer dizer, se a gente, hoje, ainda não tivesse um arcabouço de estatais e autarquias no aparelho do Estado, estaria na mesma situação da Grécia, da Itália, da Espanha. A Espanha está com mais de 20% de desemprego, está certo, porque extremou o liberalismo. A Argentina quase quebrou, porque extremou o liberalismo, e hoje vem sendo recuperada.

■ **Na contramão, não adotou a receita neoliberal e está enfrentando a crise de outra maneira.**

É isso, ou seja, os países que não extremaram o neoliberalismo, que ainda preservaram um Estado que intervém na economia, fomenta, controla, é que estão sobrevivendo à crise.

■ **Mas, para enfrentar a crise, o governo Dilma está contingenciando recursos, e em áreas importantes, não?**

Claro, nós tivemos o contingenciamento de R\$ 50 bilhões, afetando áreas sociais – R\$ 5 milhões na Saúde, por exemplo. É que o Brasil não é uma redoma imune. Lula estava certo quando disse que era uma marolinha, só que é uma marolinha que também bate nas nossas ondas, bate nas nossas pernas, nos faz balançar, reduz o ritmo de crescimento, o nível de receita do Estado, a disponibilidade financeira. É claro que este momento não é bom para a gente, especialmente os servidores. Mas acredito que o Brasil ainda possa, este ano, melhorar seu crescimento, suas finanças, e acelerar essa recuperação da máquina do Estado. Mas, insisto, nós vivemos uma crise, uma crise mundial. O Brasil é um dos países que menos sofre com a crise, mas sofre. Tivemos um PIB de 2,7%, em 2011, o primeiro trimestre beira a estagnação, com pouco crescimento, ou quase nenhum, e isso se reflete no ritmo das políticas. O contingenciamento de R\$ 50 bilhões não é definitivo. Mas se a economia só voltar a acelerar em agosto ou setembro, isso vira um problema, porque aí já não se tem capacidade de execução do que foi descontingenciado. Mesmo assim, acho que o contingenciamento é uma prevenção, uma segurança, e tem de ser feito.

■ **Como o senhor vê a pressão dos setores da base de apoio do governo que estão jogando pesado contra o governo pela liberação de recursos?**

O governo precisa mudar algumas coisas; a taxa de câmbio, por exemplo. Tivemos um baixo crescimento industrial – o crescimento ainda foi em cima do consumo, e o crescimento do consumo não gera riqueza. O crescimento da indústria é que reproduz riqueza e potencializa novos crescimentos. Agora, é claro, o consumo está crescendo porque as políticas sociais alimentaram o mercado interno. O que se pensou que era uma esmola, apenas para tirar as pessoas da pobreza, virou um mecanismo fabuloso de aceleração e sustentação da economia. Quer dizer, o mercado interno brasileiro, hoje, está sustentando a economia. Muito por conta das obras públicas, do PAC, da construção civil e de outros investimentos, e muito disso em função das políticas sociais.

■ **Muitos parlamentares da própria base de apoio reclamam que o governo Dilma só se preocupa com as ações mais estruturantes, de planejamento, e não é sensível às emendas parlamentares que buscam atender a demandas regionais da população mais pobre. Pelo que eu li na internet, o senhor defende e acha que pode ser negociado com o governo, que algumas emendas, especialmente nas áreas da saúde e educação, fossem obrigatórias e não poderiam ser contingenciadas. É isso mesmo?**

Dilma está pensando como deve pensar um presidente da República. Está pensando como estadista. E estadista não pensa no curto prazo, pensa no longo prazo. Como eu disse anteriormente, o crescimento industrial é que retroalimenta o crescimento, e a infraestrutura é que também propicia o crescimento. O Brasil esteve estrangulado durante o governo Fernando Henrique, porque não tinha energia elétrica suficiente para alimentar e alavancar o crescimento da economia. Se você não investe em energia, qual é a nova indústria que vai se instalar se não tiver capacidade energética sobrando para futuros investimentos? Se você não tiver portos modernos, se você não tiver ferrovias modernas, como é que vai criar a logística para fazer com que essas riquezas sejam transportadas, cheguem até o mercado adequadamente?

■ **O senhor diria que ela está imprimindo um estilo novo de governar?**

É um estilo novo, aprovado pela sociedade e desaprovado por quem está viciado em coisas pequenas. Muitos parlamentares estão viciados em coisas pequenas. A emenda da quadra, a emenda da festa e a emenda de algo que não é estruturante não podem ser executadas obrigatoriamente. Agora, se as emendas forem nas áreas social, de educação e saúde, e estão dentro de um programa estruturante, aí é possível negociar. O governo tem também de induzir a correção e exigir que o parlamentar coloque a emenda dentro de tais e tais programas que são prioritários na estruturação, seja de infraestrutura, seja de saúde e educação. Nesse caso, executa-se 100%. Mas não dá para você colocar sua emenda em algo que é mera dispersão de recursos e que não potencializa os investimentos.

■ **Já existe um entendimento sobre isso no Congresso?**

Não, não há um entendimento, porque muitos na Casa ainda estão pensando pequeno, com suas emendinhas, só para ter retorno político. Dilma, porém, está pensando grande, a sociedade exige que ela pense grande, exige que nós pensemos grande.

■ **Como o senhor vê o relacionamento da presidente Dilma com o Congresso?**

A presidente Dilma pesou na mão. Ela precisa, vamos dizer assim, calibrar e entender que esses setores são majoritários e podem inviabilizar a governabilidade. Não tirar totalmente a mão, mas calibrar um pouco o peso da mão.

■ **Se o senhor me permitir, quero levantar um assunto que está relacionado com o seu mandato. É em relação ao Sistema Único de Saúde, que foi uma promessa muito grande da Constituição, toda a sociedade civil se mobilizou. Qual é a sua avaliação? Houve realmente um avanço grande na implantação do SUS? O que é que falta e o que pode ser feito para se chegar ao que tanto se esperava durante as discussões na Constituinte?**

O arcabouço teórico-filosófico do SUS é o melhor que existe no mundo. Não é o SUS, não é a tradução concreta, mas

a sua concepção. É a melhor concepção de saúde pública do mundo. É um sistema universal, não há nenhum país com mais de 100 milhões que tenha um sistema assim. Que garante a integralidade na assistência, que garante a universalidade, ou seja, saúde para todos. E todos os recursos possíveis para todas as necessidades na área de saúde. Um sistema democrático, em que há controle social, um sistema descentralizado, em que há uma tendência de que essas políticas sejam feitas pelos municípios.

Agora, é claro, a primeira questão, e que todos concordam, o SUS é subfinanciado, tem problemas de gestão, sim, mas essa não é questão central. Questão central se chama subfinanciamento. Nós gastamos, no país, R\$ 1,50 por pessoa, para fazer de vacinação a transplante – porque o SUS faz isso mesmo, de vacinação a transplante. O SUS tem algumas áreas altamente eficientes, ao contrário do que as pessoas pensam. A vacinação, por exemplo, que é uma das políticas públicas mais importantes, e algumas pessoas não percebem isso. A taxa de mortalidade infantil no Brasil vem caindo, e a vacinação é a responsável por isso. Algumas doenças foram afastadas, como a varíola. É mais fácil você importar varíola da Alemanha, ou seja, a Alemanha introduzir varíola no Brasil, do que o inverso. Com a poliomielite é a mesma coisa. Com isso, desfaz-se aquela ideia de que o poder público não tem capacidade de alocar adequadamente recursos que o mercado tem. Chega vacina aonde não chega a Coca-Cola, chega vacina em aldeias indígenas, em rincões da Amazônia que não têm bujão de gás, que não têm nada. O programa de hemodiálise no Brasil é um dos mais amplos do mundo e um dos mais bem-sucedidos. O Brasil é o segundo país que mais faz transplantes públicos. E praticamente no Brasil só se fazem transplantes públicos, os planos de saúde não pagam. É isso.

■ **E o que não funciona?**

O SUS tem insuficiências em algumas áreas, na alta e na média complexidade dos hospitais, que continuam com filas, os postos de saúde também. Há uma insuficiência de mão de obra, que é um problema estrutural no Brasil. Precisamos formar mais médicos, criar mais escolas de

“ O problema no Brasil não é só de carga tributária alta, mas também da natureza da carga tributária. Quer dizer, quem paga tributo são os pobres. Paga-se sobre o consumo, sobre os serviços. E não se paga sobre a renda e sobre o patrimônio.

medicina, o número de médicos é reduzido. E não adianta as associações classistas dizerem que há médicos sobrando, que não há. Porque foram criados novos serviços, como o Samu, o Programa de Saúde da Família, as UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) – tudo isso emprega. Hoje, há uma notória, principalmente no Nordeste, escassez de mão de obra. Além da criação de novas faculdades, são necessárias novas residências, para qualificar o médico e sanar esse problema. Então, o SUS tem as suas insuficiências e deficiências, tem problemas de gestão, de qualidade na oferta de vários serviços, mas é o SUS que atende exclusivamente 70% da população brasileira. Ou seja, nós não temos para onde correr, temos é que melhorar o SUS, aumentar o seu financiamento.

■ **O senhor não tem um projeto para financiar a saúde pública?**

Eu propus a criação de uma fonte de financiamento estável, uma fonte específica e substancial, a CSS (Contribuição Social para Saúde). Mas a CSS vai ser progressiva, não vai tributar todos iguais, vai ter uma faixa de isenção grande, vai excluir os pobres e permitir às pessoas físicas, até determinado nível de renda, até 20 salários mínimos, compensar o que pagou no Imposto de Renda, com uma série de mecanismos que tendem a taxar apenas aqueles que mais movimentam e que têm capacidade contributiva. Porque o problema no Brasil não é só de carga tributária alta, mas também da natureza da carga tributária. Quer dizer, quem paga tributo são os pobres. Paga-se sobre o consumo, sobre os serviços. E não se paga sobre a renda e sobre o patrimônio.



O servidor do Banco Central está sempre pressionado pelo setor mais poderoso da economia capitalista, e isso está provado. Todos os projetos dos banqueiros foram aprovados aqui, porque os banqueiros são a quinta essência da cúpula econômica e política.



■ **Recentemente, foi aprovada no Senado a Reforma da Previdência para o servidor público. Qual a sua avaliação sobre os efeitos dessa reforma, particularmente na qualidade dos serviços públicos que serão prestados no futuro? Que impacto pode ter sobre o núcleo estratégico do Estado?**

Eu não concordei e não concordo com esse novo instituto, acho que é um equívoco. O governo criou esse fundo sob uma ótica correta, vai ser o maior fundo do Brasil. Do ponto de vista de poupança interna, de você aumentar a sua capacidade de investimento usando isso como poupança interna, é válido. Agora, são altamente injustas a criação desse instituto e suas premissas. Ontem, eu dialogava com um parlamentar importante do nosso partido sobre as premissas que foram criadas e que dizem que nós temos de igualar o servidor público aos demais trabalhadores da iniciativa privada, que ele não pode ter previdência distinta porque isso cria uma iniquidade. Isso não é verdade! O servidor público não tem participação nos lucros, FGTS, 40% quando é demitido, adicional noturno, nem periculosidade. Estou falando de uma série de direitos previstos no artigo 7 da Constituição que são próprios do servidor da iniciativa privada, que não nos pertencem, e também não queremos tê-los. Não podemos pensar em ter, por exemplo, participação nos lucros, que não é próprio da nossa atividade. Não temos nenhuma dessas

proteções inerentes ao trabalhador da iniciativa privada, que são justas, não privilégio deles. A aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada é distinta da nossa, e aí algumas vezes tem-se iniquidade em relação ao servidor público. Por exemplo, o servidor público tem tributado os seus proventos. Já no RGPS, a Constituição diz que é vedada a tributação dos proventos – alguns autores dizem que isso é uma cláusula pétrea funcional. O servidor público tem idade mínima para se aposentar, e, ao contrário do que muita gente pensa, não existe idade mínima para se aposentar no RGPS, basta que você tenha determinado tempo de contribuição – 35 homem e 30 mulher. São distinções que existem entre os dois sistemas, o estatutário e o celetista. Nós temos a estabilidade, que está bastante vazada, uma estabilidade com uma série de instabilidades nos ameaçando, e tínhamos a aposentadoria integral – perdemos a integralidade e a paridade. A nossa estabilidade está muito comprometida pelos diversos institutos que permitem que o servidor seja demitido. A não ser os salários, que também não são mais tão diferentes dos da iniciativa privada, você não tem vantagem nenhuma em ser servidor público.

É claro que, nessa situação, fica difícil selecionar os melhores para preencher cargos mais importantes. Não pode ser procurador do Banco Central alguém que está

fazendo isso por falta de opção, por exemplo. Você precisa de atrativos que assegurem que vão estar entrando no serviço público os melhores. Então, a meu ver, essa Previdência, esse fundo de Previdência, desse ponto de vista, não contribui para o aperfeiçoamento do funcionamento da máquina pública.

■ **O senhor é auditor da Super-receita e sabe que os servidores do Banco Central, assim como os da Receita, ressentem-se quanto à insegurança jurídica a que são expostos no exercício das suas funções. Por isso, a autonomia do Banco Central e a lei orgânica da Receita são defendidas pelas entidades que as representam. Qual a importância dessa questão e qual a viabilidade de ela ser discutida no Congresso?**

Nós discutimos no âmbito da Receita a necessidade de uma lei orgânica do Fisco, chamada LOF, que traga prerrogativas e garantias específicas para uma carreira que tem necessidades especiais. Se você analisar a Constituição, ela trouxe garantias e prerrogativas mais solenes para os chamados membros do poder, o presidente da República, os magistrados. Membros do Ministério Público também tiveram garantias mais solenes, mas não todas que os magistrados tinham. E, claro, nós parlamentares temos as imunidades também como membros do poder. Aí veio a emenda 45 e reconheceu que os membros do Ministério Público tinham de ter fortalecidas as suas prerrogativas, e o fez corretamente, igualou as prerrogativas de magistrados e membros do Ministério Público. Outras emendas começaram a reconhecer que a Defensoria Pública também deveria gozar de autonomia orçamentária, administrativa, financeira e de algumas prerrogativas. E essas carreiras todas – Banco Central, Receita Federal, Advocacia Pública, auditor do trabalho – lidam com situações bastante sensíveis do ponto de vista da pressão social, dos instrumentos que eles manipulam, seja de política econômica, seja de arrecadação tributária. Por isso, não podem ficar vulneráveis. Se houver vulnerabilidade, se houver uma quebra na autonomia, eles não cumprem o seu papel muito bem. Então, essas carreiras têm de estar revestidas de prerrogativas, de direitos e de autonomia suficientes para serem imunes a pressões circunstanciais, seja de governo, seja de grandes grupos da

sociedade, dos grupos econômicos, da mídia, dos bancos. O servidor do Banco Central está sempre pressionado pelo setor mais poderoso da economia capitalista, e isso está provado. Todos os projetos dos banqueiros foram aprovados aqui, porque os banqueiros são a quinta essência da cúpula econômica e política.

■ **Muito mais que o poder produtivo...**

A quinta essência da escala máxima do poder. O Banco Central precisa de algumas prerrogativas para trabalhar com tranquilidade. Por mais que o banqueiro esperneie – nós vimos o Demóstenes Torres tentando afastar o policial federal que o investigava –, a Polícia Federal tem de ter prerrogativas para poder seguir investigando os poderosos. O Ministério Público tem garantias suficientes para estar imune às circunstâncias a que está submetido e é por isso que muita gente reclama que com ele não acontece nada. Essas outras categorias também precisam ter resguardadas as suas prerrogativas, as suas garantias e, claro, a sua autonomia.

■ **O artigo 192 até hoje não foi regulamentado.**

Há um projeto do deputado Berzoini que regulamenta o setor financeiro. É um setor quase imune às pressões, e que por isso não quer essa regulamentação. O projeto do Berzoini regulamenta, e nós entendemos que deve caminhar.

■ **O Sinal vem trabalhando nisso há muito tempo.**

O Sinal tem prestado grandes contribuições a essa questão.

■ **É a nossa proposta do Sistema Financeiro Cidadão. Se o senhor me permitir, vou lhe enviar o projeto. É apenas um esboço, há ainda muitas imperfeições, mas reflete o nosso pensamento.**

Nós aceitamos o projeto e podemos pedir um aperfeiçoamento. Se o do Berzoini não contemplar as propostas de vocês, podemos dialogar com ele ou apresentar algo paralelo.

■ **É para o Banco Central, a CVM, a SUSEP e as Agências Reguladoras da Previdência Privada.**

Estes são os que mais precisam e merecem ser regulamentados! 🟩

A redução do *spread* bancário ainda é um desafio do Banco Central

MARIA JULIANA ZEILMANN FABRIS (*)

A essência primordial dos bancos é a intermediação financeira, ou seja, direcionar recursos dos poupadores aos tomadores de crédito. Neste processo, além da remuneração dos recursos captados, há custos envolvidos que vão desde as despesas administrativas até o lucro do banqueiro, passando pelo pagamento de impostos e pela possibilidade de *default* de parte das operações. Estes custos compõem o *spread* bancário, ou seja, a diferença entre a taxa de aplicação e a taxa de captação de recursos e que, portando, dá uma ideia da eficiência do sistema bancário¹.

No Brasil, a estabilidade monetária obtida a partir do Plano Real, a estabilidade macroeconômica e o aprofundamento do nível de intermediação financeira resultaram em redução dos *spreads* bancários, porém esses efeitos não foram observados em níveis suficientes para promover a convergência às taxas praticadas internacionalmente. Segundo o Banco Mundial, em 2010 (último dado disponível), o *spread* médio de 125 países atingiu 6,25%. Nesse ano, o Brasil registrou a terceira maior taxa, precedido pela República Democrática do Congo e Madagascar, economias com menor desenvolvimento econômico e reduzido nível de intermediação financeira (esta não foi uma posição isolada, já que no triênio anterior o país alternou entre a segunda e a primeira posição neste ranking). A situação não é diferente na comparação do Brasil com países com alguma similaridade na condução da política monetária e

na inserção no sistema financeiro internacional, como o Chile e o México, ou seja, o custo imputado aos tomadores de crédito, além da remuneração dos recursos, é substancialmente maior, conforme Gráfico 1.

Ao instituir, em 1999, o projeto Juros e *Spread* Bancário, o Banco Central externou seu reconhecimento e preocupação com as elevadas taxas de juros praticadas no Brasil, bem como sua intenção em trabalhar pela redução do diferencial entre as taxas de captação e aplicação dos recursos. Adicionalmente, foi instituído pelo BC um *bureau* de crédito², que, apesar de objetivar o fornecimento de subsídios para a supervisão bancária, deveria contribuir para a melhoria da qualidade do crédito, tendo em vista o acesso dos bancos aos dados das operações de seus clientes, contratadas com a totalidade das instituições financeiras, concorrendo para a queda do *spread*, via redução da incerteza e da inadimplência. No entanto, quando se examina a decomposição do *spread* em 2010 (Gráfico 2), tem-se que o risco de crédito é o segundo principal fator, tendo respondido por 28,7% do indicador naquele ano, sem que tenha havido redução significativa, quando comparado com a média do quinquênio anterior, 28,8%. Ainda que a avaliação do risco de crédito feita pelos bancos tenha algum grau de arbitrariedade, por conta de diferentes métodos, espera-se uma forte relação com a taxa de inadimplência observada no sistema bancário (sem

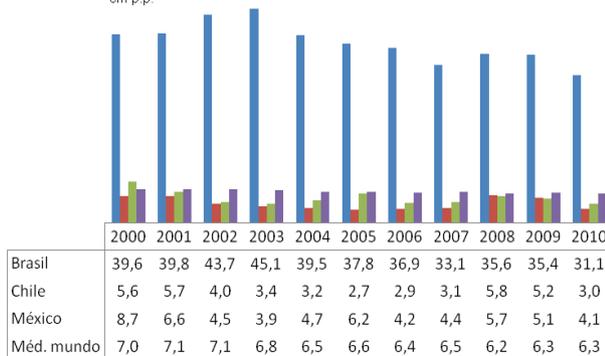
esquecer-se do arcabouço institucional no que se refere à execução das garantias), de forma que tamanho risco de crédito sugere um alerta na qualidade nas concessões.

Outro grande componente do *spread*, a margem líquida respondeu por 32,7%, em média, da proporção do indicador, participação que é um pouco menor nos bancos públicos, 30,6%, conforme Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2010 do BC. Muito embora inexistia medida que induza os bancos a contrair seu *mark-up*, este processo poderá ocorrer pelo estímulo à concorrência, com medidas, como a divulgação das taxas praticadas nas diferentes modalidades de crédito, além da portabilidade cadastral, que procurou deixar menos engessada a relação banco/cliente, facilitando a troca de banco.

O elevado custo imputado aos tomadores de recursos do sistema financeiro no Brasil ainda é uma realidade – e um desafio – que acarreta, de um lado, a possibilidade de seleção adversa e, principalmente, redução no volume de crédito. No primeiro caso, é factível supor que *spreads* altos (que levam a elevadas taxas de juros de empréstimos) afastam os tomadores de crédito mais conservadores, ou cujos investimentos possuam menor taxa de retorno, restando no mercado uma parcela maior de *risk-lovers*. Tal processo desencadearia um círculo vicioso, pois a inadimplência tenderia a elevar-se, implicando nova alta dos juros que, novamente, reduziria a qualidade do crédito. E vice-versa, ou seja, menores *spreads* implicam juros menores que contribuem para a qualidade das operações de crédito e, portanto, para a estabilidade do sistema financeiro.

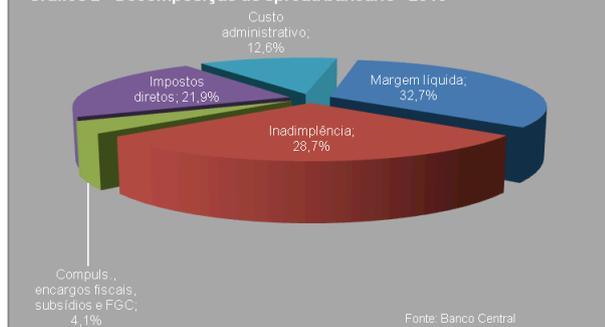
Com relação ao volume de crédito, observe-se que houve importante ampliação da razão crédito/PIB a partir de 2004, mantendo tendência crescente desde então e atingindo percentual de 48,2% em janeiro deste ano, crescimento de 24,2 p.p. ante dezembro de 2003. Apesar da ampliação, esta relação ainda é baixa se comparada com países como Estados Unidos e Japão, onde ultrapassa 200%, ou mesmo do Chile, onde o percentual atingiu 73,2%, em dezembro de 2010. Neste sentido, mantido o ambiente de estabilidade macroeconômica, a redução dos *spreads* bancários concorreria para a dinamização da economia. ✓

Gráfico 1 - Spread bancário
em p.p.



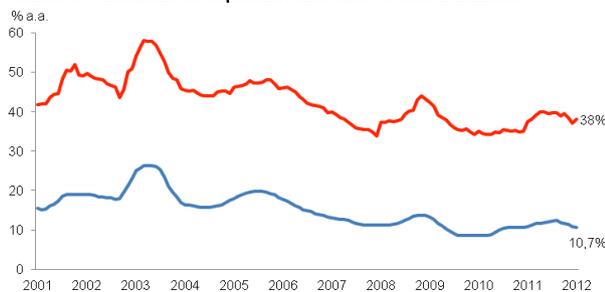
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 2 - Decomposição do spread bancário - 2010



Fonte: Banco Central

Gráfico 3 - Taxa média de empréstimos bancários e Selic anualizada



Fonte: Banco Central

(*) Analista do Banco Central, doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Para fins desta nota, adotou-se o conceito *ex ante* para o *spread* bancário.

² Central de Risco de Crédito (CRC), substituída posteriormente pelo Sistema de Informações de Crédito (SCR).

“As opiniões aqui expressas são exclusivamente da autora e não refletem, necessariamente, a visão do Banco Central do Brasil”.

Uma doença que ameaça a saúde dos **bancários**

Entidades de defesa dos trabalhadores de bancos se mobilizam. A Contraf conseguiu incluir cláusulas contra a violência nos ambientes de trabalho na Convenção Coletiva Nacional da categoria



A saúde dos bancários tem um vilão cada vez mais cruel: o assédio moral. O problema, que surgiu com as mudanças das relações de trabalho, há pouco mais de duas décadas, é hoje a maior causa de licenças de saúde entre os trabalhadores de bancos e um dos pontos dos dissídios da categoria que ainda separam sindicatos e empresas.

Nos anos 1990, chegou a provocar uma onda de suicídios no Brasil e levou os especialistas a pesquisarem o tema. A questão já chegou também ao Parlamento, onde tramitam dois projetos de lei: um estabelece a criminalização do assédio moral e o outro determina seu enquadramento como acidente do trabalho.

“De seis anos para cá, as queixas contra o assédio moral vêm sendo recorrentes em todo o sistema financeiro, tanto em bancos públicos como privados, brasileiros e estrangeiros”, diz Walcir Previtalo Bruno, secretário de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. “O assédio moral tem uma incidência muito grande e é uma fonte de contingências para os bancos devido às demandas judiciais e tem efeito na alocação de capital, já que é considerado um Risco Operacional, nos termos de Basiléia”, afirma Sérgio Belsito, presidente do Sinal. “A máquina de gerar resultados cada vez maiores a cada dia, a cada balanço, acaba devorando quem trabalha”, ressalta Plínio Pavão, secretário de Saúde do Trabalhador da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

Assédio moral é o constrangimento causado por atos repetitivos que degradam as relações de trabalho. Pode ser praticado tanto por superiores hierárquicos quanto por colegas com a mesma função, em virtude do grau de competitividade das empresas. Para que seja configurado, no entanto, deve atentar contra a dignidade do funcionário ou afetar sua saúde física ou mental, comprometendo a sua carreira profissional. Descobrir o problema requer algumas ferramentas. Uma delas é a frequência: se é uma atitude diária e dirigida a uma pessoa, é assédio; se for algo que acontece uma vez por mês e para todo o grupo, por exemplo, não caracteriza assédio (*leia quadro na página seguinte*).

► **Violência psicológica**

No caso dos bancos, o problema é mais sensível. Há exemplos que vão do preconceito mais tradicional – como o caso do funcionário do Banespa que no processo de incorporação pelo Santander era discriminado pelos novos colegas porque era negro e ganhava um salário maior – a registros em que se confunde com eficiência e produtividade. O assédio moral e outras formas de violência psicológica passaram a ser usados como instrumentos de gestão das instituições financeiras. Por causa do aumento da competitividade no setor, os bancos obrigam os funcionários a atingirem metas diariamente. Em alguns, os caixas, além de atender o cliente, têm de vender produtos.

As metas deixam os bancários numa situação em que todos os dias eles são

avaliados – outra fonte de assédio moral. Quase todos os bancos promovem uma reunião todas as manhãs para estabelecer os patamares do dia. Outra, à tarde, verifica se eles foram alcançados. No Bradesco, isso é feito na chamada “reunião de comitê”. Em 2011, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região conseguiu negociar a proibição da publicação do ranking de desempenho dos funcionários. O banco pode fazer o acompanhamento, mas não pode mais botar no mural da agência ou do departamento.

“Isso gerava desgaste até com os colegas do bancário com dificuldade de vender os produtos”, conta Walcir Previtalo Bruno.

O assédio moral mina as relações nos locais de trabalho não é de hoje. De acordo com os especialistas, a origem estaria nas reestruturações produtivas promovidas a partir da década de 1970 para estabelecer um novo patamar de crescimento econômico nos países desenvolvidos. O compromisso social alicerçado na estabilidade dos empregos e nos bons salários foi substituído pelo aumento da produtividade. A novidade se espalhou pelo mundo na década seguinte.

No Brasil, o setor bancário foi um dos primeiros a sofrer os impactos, no início dos anos 1990, em função da relevância do mercado financeiro, em escala global, e da forte competição entre as empresas do setor. O processo de racionalização de custos provocou o corte de 40% dos postos de trabalho entre 1989 e 1996 como resultado do fechamento de agências

ou departamentos inteiros. Apenas no segundo semestre de 1996 quase 150 mil vagas foram eliminadas.

Quem manteve o emprego teve de se render a modelos que os estudiosos definem como gerencialista, em que as organizações estabelecem as bases das novas relações de trabalho pautadas no controle intensivo do trabalhador. É o tempo em que os empregados são induzidos a vestir a camisa da empresa. As exigências para escapar ao risco do desemprego e atingir os objetivos definidos pelas organizações tiveram impacto direto na saúde dos trabalhadores.

► **Novas estratégias de gestão**

Ao publicarem o estudo “Reestruturação produtiva, impactos na saúde mental e sofrimento mental: o caso de um banco estatal em Minas Gerais”, nos Cadernos de Saúde Pública, em 2007, três pesquisadores constataram o aumento de transtornos mentais entre os bancários durante os processos de reengenharia nos métodos produtivos de um banco. Entre 1995 e 2008, de fato, as duas principais causas de afastamento de bancários do trabalho, pela ordem, eram as doenças musculoesqueléticas, normalmente por esforço repetido, e os transtornos mentais. Juntas, elas corresponderam a 55% de todas as licenças-saúde no período. Depois disso, a ordem se inverteu e os transtornos mentais passaram a ocupar o primeiro lugar da lista. Números do Anuário Estatístico da Previdência Social indicam que esse tipo de doença representa pelo menos 25% dos total de bancários

afastados por incapacidade por ano.

“As novas formas de gestão do trabalho desestabilizam e desestruturam o coletivo e, com isso, minam o espaço político e democrático do trabalho, a possibilidade de construção de estratégias para transformar a realidade, exigindo cada vez mais dos trabalhadores novas formas de resistência e de mobilização para fazer face a essas condições”, acredita Marcelo Augusto Finazzi Santos, mestre em administração e autor da dissertação “Patologia da solidão: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho”, publicada em 2009, em que estuda os 72 suicídios cometidos por bancários em todo o país, de 1993 a 1995 – média de um a cada 15 dias. “Infelizmente, em muitas oportunidades, a luta é vencida pela patologia, sendo o suicídio uma alternativa que se apresenta para erradicar o sofrimento que, aos poucos, foi-se tomando insuportável e imbatível diante da fragilidade e vulnerabilidade que a solidão provoca no ser humano.”

Desde então, as entidades de defesa dos trabalhadores têm levantado a bandeira por relações mais humanas. A Contraf e alguns sindicatos dos bancários conseguiram inserir cláusulas contra o assédio moral e outras formas de violência nos ambientes de trabalho na convenção coletiva nacional. Na mesa de discussões com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), o debate sobre alguns pontos já avançou, mas empacou no artigo 7º, que propõe o fim das metas

abusivas. A alegação é de que se trata de problema de gestão que os bancos não concordam em discutir com os sindicatos. As instituições financeiras argumentam ainda que as metas não são abusivas, e sim “desafiadoras”.

“O assédio moral é originado e permitido dentro das instituições financeiras como estratégia de gestão das empresas”, diz Walcir Previtalo Bruno. “Os bancários estão no limite da tolerância e é necessário que toda a sociedade, não apenas os sindicatos da categoria, atue para tratar esse problema”, defende Plínio Pavão.

► **Leis para proteger trabalhador**

As duas entidades têm privilegiado o debate, programas informativos e o diálogo às ações judiciais, ainda em número insignificante, para resolver o problema. Em 2006, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região lançou a “Campanha de Combate ao Assédio Moral”, renovada depois em 2009 com o apelo “Saia do isolamento”. A de agora, “Menos metas e mais saúde”, tem o respaldo da Contraf. No ano passado, um seminário reuniu especialistas franceses, argentinos, portugueses e brasileiros em relações do trabalho para debater o assunto. O resultado foi publicado num livro. No Sinal, o tema tem sido abordado em campanhas de alerta aos servidores do Banco Central.

Dois projetos de lei na Câmara dos Deputados também tratam do assédio moral. O PL 33/07, do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), caracteriza o assédio

moral nas relações de trabalho como ilícito trabalhista. Já o PL 7.202/2010, do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), estabelece que o assédio moral seja caracterizado como acidente do trabalho, o que dá direito à vítima a um ano de afastamento, com indenização, sem perda de salário e de recolhimento para o FGTS.

“Muitas vezes, o assédio moral se banaliza dentro dos ambientes de trabalho, afetando a saúde física e mental do trabalhador atingido e de todos os colegas que presenciam os atos. Por isso, a vítima de assédio moral deve ser considerada também vítima de

acidente de trabalho”, justifica Ricardo Berzoini, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. “Pessoas sujeitas a assédio moral são mais suscetíveis ao estresse e propensas a outras doenças”, afirma Dr. Rosinha.

A proposta de Rosinha prevê indenização ao empregado assediado, que deve ser paga pelo empregador. O valor mínimo é de dez vezes o valor da remuneração do empregado, sendo calculada em dobro, em caso de reincidência. O projeto ainda assegura ao funcionário assediado o ressarcimento de todas as despesas médicas que tiverem sido feitas para

tratar problemas de saúde provocados pelo assédio.

Enquanto as duas leis não saem do papel e sindicatos e bancos não chegam a um acordo para reduzir os atritos, resta aos bancários ficarem atentos. Assédio moral e assédio sexual, segundo alguns especialistas, são duas faces da mesma moeda de poder das organizações para levar os trabalhadores a produzirem cada vez mais e desqualificar os indesejáveis. O silêncio, nesses casos, costuma ser um incentivo a quem assedia – e um sintoma de que não há nada pior para o assediado. ✓

Em carta, Sinal alerta diretoria do BC

A preocupação do Sinal com o assédio moral foi encaminhada à direção do Banco Central numa carta dirigida ao diretor de Administração, Altamir Lopes. No documento, a entidade apresenta o resultado do seminário realizado em novembro do ano passado, em São Paulo, que discutiu o problema no ambiente de trabalho e reforça a sua posição de contribuir com medidas que ajudem a prevenir e combater o assédio moral no Banco Central e nas instituições financeiras.

Numa das palestras do seminário, o juiz aposentado da Justiça do Trabalho Clayton Reis ressaltou a possibilidade de risco operacional no Sistema Financeiro Nacional em virtude de ações trabalhistas de ex-funcionários que buscam reparação judicial por assédio moral e a possibilidade de erros operacionais de funcionários submetidos à pressão excessiva.

A carta apresenta propostas especialmente para o Banco Central, mas sem desconhecer que é chegado o momento de se colocar a questão com relação às instituições do sistema financeiro. A preocupação não é apenas do Sinal, mas também de outras entidades sindicais, diante de um cenário de prejuízo crescente às relações de trabalho, como a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul (FEEB), o Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

A sugestão do Sinal é de uma adaptação do marco regulatório e da fiscalização e combate ao assédio moral para assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional. A medida é uma iniciativa do Sinal em favor da melhoria contínua do serviço público prestado pelo Banco Central do Brasil.

Paulo Lino, da boemia para os porões do BC

Paulo Lino Gonçalves, diretor-secretário da regional do Sinal em São Paulo, credita ao destino o fato de sua vida profissional se confundir inteiramente com as atividades sindicais no Banco Central, para o qual prestou concurso em 1976, mesmo ano em que se formou em Comunicação pela Faculdades Integradas Alcântara Machado (Fiam). “Mas só ingressei no banco dois anos depois”, diz ele, por conta de uma tuberculose, fruto da vida boêmia de estudante de jornalismo, detectada nos exames admissionais.

Quando tomou posse, em julho de 1978, foi trabalhar na área de Pessoal,

mais especificamente no Programa Geral de Benefícios Saúde (PGBS). Paulistano da Freguesia do Ó, Paulo Lino lembra que, nesse mesmo ano, foi convidado a participar de reuniões, um tanto quanto clandestinas, de um grupo de jovens servidores que buscavam um jeito de manifestar seu inconformismo com a ditadura militar e com a direção do BC. “O autoritarismo reinante no país refletia-se, às vezes, de forma mais exacerbada, nas atitudes dos que exerciam cargos de chefia no Banco”, afirma.

O medo também era a dose de cicuta que os brasileiros engoliam

diariamente, daí a busca de uma alternativa possível de luta: o jornal “O Ovo”, lançado em julho de 1979, que propagou as ideias dos servidores do BC, no limite do que era possível falar dos assuntos inerentes à instituição.

► Protagonismo do Mecir

Paulo Lino participou de todas as etapas de criação do Sinal, desde os seus embriões – “O Ovo”, a União Nacional dos Trabalhadores do Banco Central (UNTBC) e a Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC) –, mesmo quando estava nos porões da instituição: o



O encontro de velhos parceiros na luta sindical, Paulo Lino e Sérgio Belsito, presidente do Sinal Nacional

Departamento do Meio Circulante (Mecir), para onde foi transferido, sem consulta.

O Mecir era o Banco Central sem nenhum glamour. Funcionava em subsolos ou em áreas afastadas das demais, a maioria dos funcionários era conferente de Numerário e trabalhava em condições abaixo de insatisfatórias, sofrendo discriminação do restante do BC. Foi daquele posto de observação privilegiado que Paulo Lino, durante 28 anos muito felizes, participou e acompanhou o fim das carreiras isoladas, o abrangimento das políticas de gestão, a

melhoria nas condições de trabalho, até o funcionário do “patinho feio” do Banco virar protagonista de grande sucesso: a troca de todas as cédulas em circulação, durante a implantação do Plano Real, em 1994. “Praticamente da noite para o dia, o servidor do Mecir mostrou do que era capaz”, lembra.

Encerrando o ciclo, ele voltou a trabalhar na área de Pessoal e no plano de saúde, hoje batizado de Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC). E, coordenando a Frente Nacional São Paulo pelas PECs 270

e 555, comemora a aprovação da primeira, que restabeleceu a integridade e a paridade dos vencimentos dos aposentados por invalidez, e luta pela segunda, para que os aposentados não continuem pagando a contribuição previdenciária. “Entrei jovem no BC e na labuta sindical. Estou na fase de despedida de ambas as tarefas, curtindo, ainda com muito amor, um segundo casamento, de 25 anos, com a Regina, minhas netas Ana e Amanda, o cãozinho inseparável Tommy e minha paixão eterna pelo Corinthians”, declara Paulo Lino. Nada mais justo. ✓

Portabilidade de crédito: uma opção para redução do *spread*

MAURO CATTABRIGA DE BARROS E CLÁUDIO DE OLIVEIRA LACERDA(*)

Quando se fala em portabilidade de crédito, a questão está diretamente relacionada com a defesa dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos previstos na Constituição. O art. 5º, inciso XXXII diz que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Portanto, a possibilidade de o cliente bancário escolher a melhor forma de administrar seus créditos foi um avanço em termos de ordem pública e de interesse social.

No entanto, decorridos mais de cinco anos da publicação do primeiro normativo da portabilidade, poucas operações desse gênero foram realizadas. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB)¹, em junho de 2011, o volume transferido de um banco para outro ficou em R\$ 247,5 milhões, enquanto o saldo de crédito do sistema financeiro estava em torno de R\$ 1,8 trilhão. O valor médio da portabilidade ficou em R\$ 8.586,24, representado por uma quantidade de 28.832 operações. Essa situação mesmo pode dizer muito sobre a concorrência no setor e tem estreita relação com um antigo desafio do Estado brasileiro: o *spread* bancário.

► Portabilidade de crédito – primeira tentativa

Embora não haja menção explícita ao termo portabilidade de crédito, pode-se considerar que sua gênese no Brasil ocorre com a publicação da Resolução 3.401, de 6/9/2006, do Conselho Monetário Nacional (CMN), em face das inovações introduzidas em relação à liquidação

antecipada de operações de crédito. Encontram-se nela basicamente três virtudes:

1. a instituição financeira portadora do crédito é obrigada a efetuar a liquidação antecipada da operação de empréstimo ao receber os recursos transferidos da outra instituição financeira para a qual o mutuário transferir sua operação. Assim, a movimentação de recursos da transação fica restrita às instituições envolvidas, não havendo participação do cidadão;
2. os custos da operação não podem ser repassados pela instituição ao mutuário;
3. possibilidade de redução de assimetria de informação e, portanto, dos efeitos *lock-in*², uma vez que a instituição financeira portadora deve fornecer a seu cliente ou a terceiro, quando expressamente autorizada, informações cadastrais a ele relativas, estando aí incluídos dados sobre saldo médio mantido em conta corrente, histórico das operações de crédito (empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis) com valores e adimplência dos pagamentos e saldo médio mensal dos investimentos; uma espécie de cadastro positivo.

Entretanto, havia uma pedra no caminho, ou melhor, uma tarifa. A mesma Resolução 3.401/2006 estipulou

(*) Analistas do Banco Central, graduados em economia pela PUC-MG. As opiniões aqui expressas são exclusivamente dos autores e não refletem, necessariamente, a visão do Banco Central do Brasil.

que a instituição financeira detentora do crédito poderia cobrar tarifa do cliente em decorrência da sua liquidação antecipada, desde que o valor máximo da tarifa fosse estabelecido no contrato da operação de crédito.

Na prática, o que foi dado com uma mão foi retirado com a outra, pois de nada adiantaria estabelecer a proibição de repassar custos ao mutuário se as instituições financeiras pudessem determinar alguma tarifa na antecipação do pagamento, embutir nela os mesmos custos outrora vedados e, dessa forma, inviabilizar o exercício da portabilidade.

► Segunda tentativa

Passado mais de um ano, nova tentativa de colocar as coisas em ordem. Com a publicação da Resolução³ 3.516, de 6/12/2007, do CMN, passou a ser vedada a cobrança da tarifa quando ocorresse a liquidação antecipada de operação de crédito. A nova regra contemplou pessoas físicas, micro e pequenas empresas.

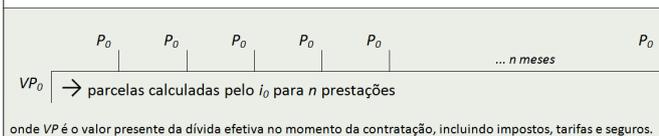
Essa nova regra estabeleceu que a taxa de desconto a ser aplicada no caso da antecipação de pagamento de operações contratadas a taxas prefixadas não seria, *a priori*, feita com base apenas na taxa de juros do contrato, em que pese o Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei 8.078, de 11/9/1990 –, em seu art. 52, §2º, assegurar ao mutuário o direito à liquidação antecipada do débito, total ou parcial, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

A taxa de juros utilizada para trazer a valor presente as prestações objeto da liquidação antecipada, conforme Resolução, corresponde à soma entre taxa de juros contratada e variação da taxa Selic. Essa variação resulta da diferença entre a taxa Selic mais recente disponível no dia da antecipação do pagamento e a taxa Selic do dia da contratação.

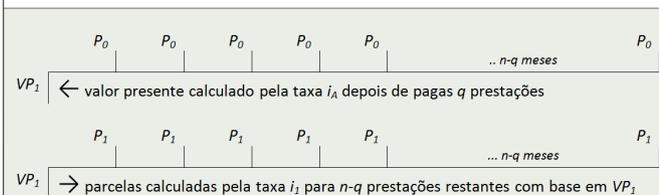
Em termos esquemáticos, vamos supor que, ao exercer a portabilidade, o mutuário não altere as características da

operação, mantendo o vencimento final, a quantidade e a periodicidade das prestações e o saldo devedor. Ou seja, se o prazo original da operação de crédito é de n meses e foram pagas q prestações, o prazo restante que será considerado na portabilidade é de $n-q$ meses. A condição suficiente, então, para transferência do empréstimo para outro banco é se a nova prestação (P_1) for inferior à anterior (P_0).

No momento da contratação original do empréstimo, tem-se:



No momento da portabilidade, depois de q prestações pagas:



Note-se que a taxa de juros que traz a valor presente as $n-q$ prestações restantes no momento da portabilidade não é a taxa de juros original (i_0) do contrato, mas a taxa de juros específica para o evento, isto é, $i_A = i_0 + \Delta selic$, conforme estabelece a Resolução.

Assim, é lógico deduzir: para que P_1 seja inferior a P_0 , é necessário que $i_1 < i_A$ (condição 1) ou:

$$(i_1 < i_0 + \Delta selic) \text{ ou } (\Delta i - \Delta selic < 0)$$

* Agradecemos os comentários de Antônio José de Paula Neto e Rodrigo Lara Pinto Coelho.

¹ Informação veiculada pela Agência Brasil em 7/9/2011.

² Sobre efeitos *lock-in*, Steven Sharpe publicou artigo, em 1990, sob o título *Asymmetric Information, Bank Lending, and Implicit Contracts: A Stylized Model of Customer Relationships*, que trata do tema. Em síntese, afirma que o banco, ao longo do relacionamento com o cliente, adquire o monopólio da informação em relação a esse mutuário, situação que coloca os demais bancos, na qualidade de potenciais emprestadores, em desvantagem, por conta da assimetria de informação.

³ Doravante denominada apenas de Resolução.

Por outro lado, se valesse o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, a portabilidade ocorreria por outra lógica (condição 2):

$$(i_1 < i_0) \text{ ou } (\Delta i < 0)$$

Ora, há que se questionar a sistemática introduzida pela Resolução, porquanto qualquer forma de cálculo de desconto que também faça cumprir o dispositivo do CDC deve, necessariamente, se basear na taxa de juros contratada; e somente nela. Do contrário, não existe redução proporcional de juros. O conceito de proporcionalidade, nesse caso, não admite excessiva hermenêutica, tampouco carece de qualquer regulamentação específica para ser implementado, haja vista encontrar exata caracterização na ciência matemática. Tal qual foram calculadas as prestações do mutuário, da mesma forma será calculado o saldo devedor a valor presente referente à liquidação antecipada, bastando promover a descapitalização à taxa contratual.

A partir desse suposto conflito entre o que dispõe essa Resolução (condição 1) e o CDC (condição 2), cabe especular, conforme Quadro 1, no sentido das seguintes hipóteses:

É preciso observar que, no caso da hipótese I, o mutuário fará a portabilidade nos termos da Resolução, embora também fosse vantajoso fazê-lo pelo CDC, caso possível. Isso implica outra discussão, qual seja: quais seriam os efeitos em termos de valor de prestação que recaem sobre o mutuário, tendo em vista que o cálculo da nova prestação, após a portabilidade, é feito apenas com base na Resolução, à revelia do que dispõe o CDC.

Sejam VP_{1R} , VP_{1C} , P_{1R} e P_{1C} o valor presente (VP) e as prestações (P) correspondentes à portabilidade feita com base na Resolução (R) e no CDC (C), respectivamente. Dessa forma, se a razão entre P_{1R} e P_{1C} for maior do que 1, então a nova prestação obtida após a portabilidade será maior do que uma nova prestação calculada nos termos do CDC, ou seja, haveria inegáveis reflexos negativos ao mutuário.

Assim, sob a hipótese I, se $i_A < i_0$ então $VP_{1R} > VP_{1C}$ e, nesse caso, $P_0 > P_{1R} > P_{1C}$. Do contrário, também sob a hipótese I, se $i_A > i_0$ então $VP_{1R} < VP_{1C}$ e, nesse caso, $P_{1R} < P_{1C} < P_0$.

Novamente, é natural deduzir que: para que P_{1R} seja inferior a P_{1C} é necessário que $i_A < i_0$ (condição 3) ou:

$$(i_0 < i_0 + \Delta selic) \text{ ou } (\Delta selic > 0)$$

QUADRO 1: HIPÓTESES

Hipótese		Resultado
I	Se $\Delta i < 0$ e $\Delta i - \Delta selic < 0$	Seria vantajoso fazer a portabilidade por ambos os critérios.
II	Se $\Delta i < 0$ e $\Delta i - \Delta selic \geq 0$	Não seria vantajoso fazer a portabilidade pela Resolução, embora fosse pelo CDC.
III	Se $\Delta i \geq 0$ e $\Delta i - \Delta selic < 0$	Seria vantajoso fazer a portabilidade pela Resolução, embora não fosse pelo CDC.
IV	Se $\Delta i \geq 0$ e $\Delta i - \Delta selic \geq 0$	Não seria vantajoso fazer a portabilidade por nenhum dos critérios.

Essa nova condição (3) impõe três novas hipóteses⁴, conforme Quadro 2:

QUADRO 2: HIPÓTESES		
Hipótese		Resultado
V	Se $\Delta i - \Delta selic < 0$ e $\Delta selic > 0$	Fazer a portabilidade pela regra da Resolução e obter uma prestação menor do que a original e menor do que a do CDC.
VI	Se $\Delta i - \Delta selic < 0$ e $\Delta selic < 0$	Fazer a portabilidade pela regra da Resolução e obter uma prestação menor do que a original, porém maior que a do CDC.
VII	Se $\Delta i - \Delta selic < 0$ e $\Delta selic = 0$	Fazer a portabilidade pela regra da Resolução, obtendo prestação menor do que a original e igual a do CDC.

Além dos aspectos avaliados anteriormente, cabe salientar que P_7 é calculada com base na taxa de juros que o banco cessionário do crédito ofereceu para o cliente. No entanto, não estamos considerando a possibilidade de esse mesmo banco cobrar alguma tarifa na operação de portabilidade. A Resolução 3.401/2006 estabelece a proibição de repasse de custos, mas não está explícita a proibição da cobrança de tarifa por parte do banco cessionário, por exemplo, para analisar o cadastro do novo cliente. O recomendável seria a norma vedar a cobrança de qualquer tarifa também por parte da instituição recebedora do crédito, de forma a não haver distorção no exercício da portabilidade. No caso de haver algum ônus imposto pelo banco cessionário, esse valor deve ser acrescido ao VP_7 de forma que P_7 reflita as reais condições da portabilidade.

► Analisando os dados

Com base nas informações disponibilizadas pelo BCB, avaliaram-se dois hipotéticos grupos de clientes pessoas físicas: um deles contrata empréstimos a taxas médias

praticadas no mercado e o outro contrata, por conta do melhor perfil, a taxas mínimas⁵. Cada um dos dois grupos contém três tipos de operações de crédito com recursos livres a taxas prefixadas⁶, quais sejam, crédito pessoal (A), aquisição de veículo (B) e aquisição de outros bens (C), totalizando, portanto, seis mutuários representativos. Para facilitar a análise, estabeleceu-se que a contratação do empréstimo ocorre apenas no primeiro dia útil de cada mês e que a avaliação quanto ao exercício da portabilidade sempre ocorrerá no primeiro dia útil dos meses subsequentes.

A simulação, portanto, utiliza série das taxas de juros média e mínima praticadas no primeiro dia útil de cada mês, entre janeiro de 2008 e setembro de 2011, envolvendo cada uma das modalidades referidas. O exercício supõe que há mutuários contraindo empréstimo no primeiro dia útil dos meses do período mencionado, em cada uma das modalidades A, B e C, para constatar o número de vezes em que cada um dos eventos das hipóteses citadas nos Quadros 1 e 2 ocorrem.

⁴ As hipóteses V, VI e VII são sub-hipóteses derivadas da hipótese I.

⁵ <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>. Códigos das séries de taxas de juros utilizadas: 875, 976 e 1027 (taxas médias), 878, 979, 1030 (taxas mínimas) e 1178 (taxa Selic). As taxas foram anualizadas, considerando 252 dias úteis. A taxa Selic utilizada para simulação corresponde àquela do último dia útil do mês imediatamente anterior ao mês da portabilidade.

⁶ Esses três tipos de operações totalizam mais de 90% do saldo diário mantido pelas instituições financeiras em operações contratadas a taxas prefixadas, desde maio de 2000, o que torna desnecessário avaliar as demais modalidades de operações de empréstimo.

Por exemplo: o mutuário de perfil comum que contratar o empréstimo em 2/1/2008 à taxa média divulgada pelo BCB, terá 44 oportunidades de exercer a portabilidade, ou seja, a primeira oportunidade, em 1º/2/2008 e a última, em 1º/9/2011⁷. O mesmo número de oportunidades terá o cliente preferencial que contratar à taxa mínima. Aquele que contratar em 1º/2/2008 terá 43 oportunidades, e assim por diante. Em cada uma dessas oportunidades, são realizados os cálculos contidos nas condições 1, 2 e 3, de forma a verificar as hipóteses dos Quadros 1 e 2.

A intenção dessa simulação é verificar em quantas ocasiões, do total de 990 possibilidades em cada tipo de operação (A, B e C), ocorreu conflito entre Resolução e CDC, conforme Tabela 1.

A disparidade entre a distribuição dos resultados encontrados para os hipotéticos clientes é razoável. Entre 5% e 17% das oportunidades, dependendo da modalidade de operação, ocorreu o resultado desfavorável (hipótese II), qual seja, aquele em que o mutuário é privado de migrar seu empréstimo para outra instituição, pois, apesar de ser vantajoso fazê-lo pelo que estabelece o CDC, não o faz por conta de a Resolução não permitir a obtenção de prestação menor. Além disso, no conjunto dos resultados,

a hipótese II ocorre mais (589 vezes) do que a hipótese III (520 vezes), sendo o comportamento distinto entre as modalidades B (veículo) e C (outros bens) e a modalidade A (crédito pessoal).

Outra simulação necessária, como visto anteriormente, envolve a comparação entre novas prestações calculadas pela Resolução e pelo CDC para quando é possível exercer a portabilidade por essas condições, conforme Tabela 2. Essa simulação permite demonstrar em quantas vezes a regra da Resolução, se comparada ao CDC, foi benéfica (hipótese V), prejudicial (hipótese VI) ou indiferente (hipótese VII) ao devedor.

Os resultados apresentados são contundentes em demonstrar que os clientes de ambos os perfis, em geral, e os de perfil comum, em particular, sofrem os efeitos negativos da regra da Resolução. Para o perfil comum, por exemplo, esse fato ocorre duas vezes mais, ou quase isso, do que os efeitos benéficos. Portanto, na maioria das vezes, embora a prestação obtida seja inferior à original, ela corresponde a um valor superior àquele obtido se fosse utilizado o que dispõe o CDC. É incontroverso haver nesses casos transferência de riqueza dos mutuários para os bancos. Ao mesmo tempo, vê-se o caráter discriminatório das condições criadas

TABELA 1: QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA POR HIPÓTESE/TIPO OPERAÇÃO

Hipótese	Cliente comum			Cliente preferencial		
	A	B	C	A	B	C
I	57,27% (567)	53,13% (526)	57,37% (568)	67,58% (669)	64,75% (641)	57,17% (566)
II	6,16% (61)	10,1% (100)	5,25% (52)	8,59% (85)	17,47% (173)	11,92% (118)
III	8,48% (84)	10% (99)	4,75% (47)	15,45% (153)	6,57% (65)	7,27% (72)
IV	28,08% (278)	26,77% (265)	32,63% (323)	8,38% (83)	11,21% (111)	23,64% (234)

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.
Nota: os números entre parênteses se referem aos valores absolutos.

⁷ A variável prazo do empréstimo é irrelevante para a tomada de decisão, desde que falem mais de 12 prestações a serem pagas. Nas simulações, supusemos que essa condição é sempre satisfeita.

TABELA 2: QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA POR HIPÓTESE/TIPO OPERAÇÃO

Hipótese	Cliente comum			Cliente preferencial		
	A	B	C	A	B	C
V	28,92% (164)	27,57% (145)	35,74% (203)	37,37% (250)	55,07% (353)	50,35% (285)
VI	64,90% (368)	63,69% (335)	58,45% (332)	56,80% (380)	38,38% (246)	45,23% (256)
VII	6,17% (35)	8,75% (46)	5,81% (33)	5,83% (39)	6,55% (42)	4,42% (25)

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Nota: os números entre parênteses se referem aos valores absolutos e sua soma corresponde à hipótese I em cada um dos tipos de operação da Tabela 1.

pela Resolução, tendo em vista que, no caso das operações envolvendo aquisição de veículo (B) e aquisição de outros bens (C), o cliente de perfil preferencial consegue obter uma prestação inferior à do CDC, situação quase exatamente inversa àquela enfrentada pelo cliente comum.

► Conclusão

Diante da análise dos normativos e da averiguação dos dados, cabe perguntar: por que a portabilidade de crédito não logrou maior evolução? Assim como se podem alegar as causas culturais e a precária educação financeira do consumidor bancário, também é certo que a nova regulamentação se apresentou muito mais nebulosa do que a mera aplicação do que já dispunha o CDC. Se, num primeiro momento, a intenção das alterações por parte do CMN era acirrar a concorrência no setor, a impressão que fica é a de que a sistemática atual se afigura como um verdadeiro enigma da esfinge para o cidadão comum, pois, ao não compreendê-la, se sujeita a todo tipo de arbítrio por parte dos bancos.

Entendemos que há algumas ações que podem deslocar essa situação, em especial, (I) a revogação da complexa sistemática introduzida pela Resolução, passando a valer simplesmente o que já estabelece o CDC, (II) uma publicidade governamental mais incisiva sobre o tema da portabilidade, nos moldes já vistos em outras situações (veiculação em horário nobre e nos principais meios) e (III) uma postura firme da supervisão do BCB.

Se a supervisão do BCB, no geral, tem papel relevante para a higidez do sistema financeiro, averiguar aspectos específicos da portabilidade é fundamental para coibir e reprimir desvios de conduta das instituições. Os bancos estão utilizando a taxa Selic correta quando do cálculo da taxa de desconto para a descapitalização da operação originariamente contratada? A fiscalização do BCB tem acompanhado tal aspecto nas suas inspeções? Os bancos cessionários, por ocasião da portabilidade, estão cobrando alguma tarifa para analisar o cadastro e a operação do novo mutuário?

Por último, a inclusão da variação da taxa Selic no cálculo do desconto é eventualmente justificada em função do descasamento entre ativos e passivos a que os bancos podem se expor em função da adoção pura da regra do CDC; uma espécie de salvaguarda concedida pelo regulador às instituições financeiras. Ocorre que essa proteção nos parece demasiada, pois se transfere ao consumidor o ônus do risco de mercado e se despreza a sua condição de agente hipossuficiente. Ainda que a adoção do CDC possa incorporar potenciais prejuízos aos mutuários, haja vista o risco de elevação das taxas médias de juros de empréstimo – os bancos incorporariam nelas esse componente de risco de mercado –, na verdade, nada se altera vis-à-vis o quadro atual, no qual o consumidor, como visto, sofre os efeitos adversos da Resolução. A diferença é que, se a Resolução é, de fato, discriminatória e prejudicial, os possíveis infortúnios da aplicação do CDC não podem ser constatados, a menos que o governo adote a regra do CDC. É pagar pra ver! 

Centrus pronta para os desafios do futuro



CENTRUS



Impulsionada em 2011 pela sua estratégia, a Fundação Banco Central de Investimentos Públicos – Centrus apresenta-se a cada dia para cumprir uma missão e realizar os seus objetivos.

O aumento da capacidade de vida das famílias é uma meta que rege a estratégia de atuação e um plano de desenvolvimento abrangente. Consciente da sua missão, a Centrus estabelece prioridades de melhorias para atingir os seus objetivos. “Os melhores projetos para melhorar qualitativamente a qualidade dos serviços prestados”, destaca o Diretor-Geral da Centrus, João Carlos Mendes.

Em 2011, passou a desenvolver duas linhas de trabalho de desenvolvimento: a área de vida das famílias e a área de desenvolvimento de projetos de expansão em parcerias e entidades das áreas estratégicas.

Apesar de ainda, atualmente, não ter o PDI, a Fundação planeia estabelecer estratégias de longo prazo, com prioridades específicas. Isso permite a gestão simples e a implementação de que a área de desenvolvimento de competências, a sustentabilidade de cada plano. “A área de desenvolvimento de vida das famílias com conclusões técnicas, promovendo a expansão de uma estratégia planeada, que não permite de longo

prazo abrangente e sustentável”, explica Mendes.

O Plano Estratégico de Investimentos (PEI) define a missão da Fundação Banco Central, e uma prioridade a longo prazo, com a gestão de PDI sustentáveis. O Plano de Investimentos Definido (PID) define as prioridades, com a expansão e um desenvolvimento de projetos que permitem pelo desenvolvimento, sendo assim a sua sustentabilidade, no total do PEI planeada.

No processo de desenvolvimento de vida das famílias, a Fundação Banco Central tem participado do PEI e do PDI em várias áreas, incluindo as PDI, para promover os PEI planeada.

Atualmente, a sustentabilidade financeira e a sua sustentabilidade técnica, a Centrus pode oferecer que oferece uma linha de ação sustentável e está preparada para estabelecer novas linhas com a sustentabilidade, a sustentabilidade e a sustentabilidade com a sustentabilidade.

João Mendes

Fundação Beneficente	Psicologia Total	PDI			
		Participação Central	Participação Beneficiários	Desenvolvimento Sustentável	Segurança Jurídica
Associação Beneficente de Investimentos Públicos - 2011	2.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Fundação Beneficente de Investimentos Públicos - 2012	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

Orgulho é assim. Você se dedica ao BACEN, nós a você!

Há 46 anos, por meio dos seus produtos e das ASBACs, a FENASBAC trabalha para honrar seu compromisso de ser referência em serviços que geram qualidade de vida aos servidores do Bacen.

- Consórcios
- Seguro de Vida em Grupo e Vida Master
- PGAFI (assistência financeira)
- Instituto Fenasbac (qualificação profissional)
- Convênios e Serviços
- 10 Filiadas (sedes recreativas, colônias de férias e de pesca)

0800-646-1055

www.fenasbac.com.br

Fenasbac
Federação Nacional de Associações
dos Servidores do Banco Central

